



Anais da Assembléia

Nº 167

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 1.980

ANO VI

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 71/80

DATA: 23 de Dezembro de 1.980.

SÚMULA: Altera os artigos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa (Comissões Permanentes).

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O Art. 58 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58 — A Comissão de Redação compete elaborar a Redação Final dos Projetos e Emendas, não atribuídas por este Regimento a outras Comissões Técnicas”.

Art. 2.º — Os sessenta e cinco cargos de provimento efetivo, atualmente vagos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, mantidos os valores dos respectivos vencimentos, são transformados em empregos, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho e opção obrigatória pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, na forma do quadro constante do Anexo I, desta Resolução.

Art. 3.º — A jornada de trabalho do pessoal contratado para os empregos referidos no artigo anterior será de quarenta horas semanais, sendo de oito horas a jornada diária.

Art. 4.º — Cada Deputado terá direito a um funcionário contratado nos termos desta Resolução, para prestar serviços em seu Gabinete, até o final de cada legislatura.

§ 1.º — O suplente que, em caráter provisório, se investir no exercício do mandato, não poderá substituir o funcionário contratado.

§ 2.º — Ao suplente em exercício, nesta data, caberá indicar o funcionário, que poderá ou não ser conservado pelo titular da cadeira, quando reassumir.

Art. 5.º — O ocupante do emprego poderá ter seu contrato rescindido a qualquer momento, se assim convier ao Deputado junto ao qual servir, e que encaminhará ao 1.º Secretário a respectiva solicitação.

Parágrafo único — O ocupante do emprego não vinculado a Gabinete de Deputado poderá ter igualmente seu contrato rescindido por proposta da Administração.

Art. 6.º — A admissão nos empregos depende de aprovação em teste seletivo, de acordo com regulamentação.

Art. 7.º — Entre as condições para a contratação, exigir-se-á do candidato a idade mínima de 18 anos, quitação com o serviço militar, título de eleitor e habilitação para a função a ser desempenhada.

Art. 8.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 23/12/80.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

ANEXO I		SITUAÇÃO PROPOSTA		SITUAÇÃO ATUAL	
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO
41	Datilógrafo	41	Datilógrafo	18	Oficial Legislativo
06	Datilógrafo	06	Datilógrafo	18	Auxiliar Serviços Gerais
06	Datilógrafo	06	Datilógrafo	18	Auxiliar de Segurança
04	Datilógrafo	04	Datilógrafo	18	Motorista
04	Datilógrafo	04	Datilógrafo	17	Motorista
01	Fotógrafo	01	Fotógrafo	16	Fotógrafo
01	Cinegrafista	01	Cinegrafista	16	Cinegrafista
01	Mecanógrafo	01	Mecanógrafo	16	Laboratorista Fotográfico
01	Taquígrafo	01	Taquígrafo	12	Taquígrafo

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA
ATA DA 165.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 1.980
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)**

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Renato Bueno.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, David Cheriegate, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote kirinus, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Werner Wanderer, Wilson Fortes, (41); quarenta e um. Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Fideicino Tolentino, Fiori Luiz, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Leônidas Chaves, Nilso Squarezi, Pinto Dias, Romero Filho, Waldyr Pugliesi. (17); dezessete.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os números 307, 326, 327 e 328/80, do Sr. Governador do Estado comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs

135/80 Do Poder Executivo de instituição de áreas de interesse Especial no litoral paranaense, bem como o estabelecimento de normas para o parcelamento, uso e ocupação do solo na região citada, o qual convertido em Lei tomou o número 7.389. **Anote-se. Arquite-se.**

121/80 Do Sr. Deputado Trajano Bastos, altera a delimitação territorial dos Distritos Judiciários da Comarca de Guarapuava (Lei n.º 5.309 de 15 de julho de 1.968), o qual convertido em Lei tomou o número 7.415. **Anote-se. Arquite-se.**

134/80 Do Sr. Deputado José Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel", com sede e foro na Cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o número 7.414. **Anote-se. Arquite-se.**

141/80 Do Sr. Deputado Rosário Pitelli, que declara de

Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE JATAIZINHO; com sede e foro no Município de Jataizinho, o qual convertido em Lei tomou o número 7.413. **Anote-se. Arquite-se.**

Emenda:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei n.º 188/80

Art. 1.º — Fica instituída para os Funcionários Cíveis, Militares e Inativos, integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas do Estado, uma gratificação adicional de 25% (vinte e cinco por cento), que será calculada sobre os vencimentos básicos.

Parágrafo Único — A gratificação a que se refere este artigo, integrará os respectivos vencimentos dos funcionários, para todos os efeitos legais.

Art. 2.º — Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial necessário, obtendo os recursos estabelecidos na Lei de Meios.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1.980.

aa) Lineu Turra, Renato Bernardi, Nelson Friedrich, Trajano Bastos, Mário Celso, Nestor Baptista e Adalberto Daros.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER nos termos regimentais, que se consigne nesta Casa, um voto de pesar pelo falecimento de Juarez Lagos, Líder Sindical em Paranaguá, que num acidente automobilístico, perdeu sua vida tragicamente.

Muiti bem quisto naquela cidade, deixa uma legião de amigos que lamentam profundamente seu prematuro falecimento.

Deixa viúva e filhos. Solicita o Deputado autor deste, que se dê conhecimento aos seus familiares, através de expediente que deve ser encaminhado ao Sindicato dos Estivadores de Paranaguá.

Sala das sessões, em 23 de dezembro de 1.980

a) Nelson Buffara.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no parágrafo 1.º, do Artigo 171, do Regimento Interno, dispensa da publicação da Redação Final, para os Projetos de Lei n.ºs 188, 189 e 190/80, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1.980

a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de congratulações aos Juizes Clodomir Costa Lima e Lauro Lima Lopes, alçados aos cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente do egrégio Tribunal de Alçada para o biênio 81/82.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1.980

a) Adalberto Daros.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja enviado o presente expediente

ao Excelentíssimo Sr. Presidente do INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA) e ao INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA, Excelentíssimo Sr. Dr. JOAQUIM SEVERINO, nesta Capital, a fim de tomarem conhecimento "in loco" dos problemas surgidos com os condôminos da "FAZENDA CONGOINHAS", no Município de SERTANEJA, Paraná, onde inúmeras famílias, na sua maioria composta de colonizadores que trabalham na terra há muitos anos e que estão sendo prejudicados e sobretudo ameaçados. Espera-se que as autoridades, usando o bom senso, determinem a permanência dessas famílias na localidade, evitando-se desta forma um constrangimento social.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o expediente às autoridades mencionadas, a fim de tomarem conhecimento do drama que ameaça inúmeras famílias que compõem os condôminos da FAZENDA CONGOINHAS, no Município de SERTANEJA, neste Estado.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1.980

a) Valduga.

JUSTIFICATIVA:

Tomando conhecimento da decisão contrária, emitida pelo Judiciário, contra os condôminos da denominada FAZENDA CONGOINHAS, no Município de Sertaneja, neste Estado, venho solicitar das autoridades do País, particularmente, do Sr. Presidente do INCRA e do Diretor do Serviço de Cartografia do Paraná, a fim de permitirem que estes trabalhadores rurais que vivem e trabalham sobre essas terras, ali permaneçam, dando a sua contribuição no plano de produtividade agrícola.

Não se concebe que mais de 100 famílias que residem nesta gleba sejam do dia para noite despejados, sem terem onde morar e o pior, não terem terras onde cultivam há anos, para se manterem.

Os condôminos já apelaram à União e à Justiça e não conseguiram sensibilizar as autoridades e estão ameaçados de despejo, exatamente, das terras onde residem há mais de 40 anos concorrendo com o desenvolvimento das mais diversas culturas, pois são todos homens da lavoura.

Esta decisão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é evidente que constitui um perigo de uma conflagração entre esses condôminos, que iludidos em sua boa fé, ali se radicaram com suas famílias, na esperança do futuro.

Diante destas exposições de motivos, solicito a esta Casa, seja encaminhado um apelo às autoridades constituídas e particularmente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do INCRA, a fim de tomarem medidas urgentes que o caso requer, evitando males piores adstritos dessa decisão judicial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado o expediente à Sua Excelência, o Secretário da Segurança, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, no sentido de criar uma COMISSÃO própria de sindicância, a fim de apurar as denúncias veiculadas em jornais, segundo os quais, estariam ocorrendo irregularidades e corrupção na Delegacia de Polícia de LONDRINA, atribuídas ao titular, bacharel NATEL GOMES DE OLIVEIRA, deixando-o passível de restrições à frente daquela delegacia e desacreditado perante a opinião pública da comunidade londrinense.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1.980.

a) Valduga.

JUSTIFICATIVA:

Diante das denúncias veiculadas nos jornais, — particularmente na "FOLHA DE LONDRINA", matutino de grande circulação, editado no Norte do Paraná — segundo os quais estariam ocorrendo sérios desmandos e sobretudo corrupção na Delegacia de LONDRINA, acusando ainda a polícia de omissão, inoperância, desacreditando, desta forma, perante à sociedade.

Que banqueiros do jogo do bicho comprem as autoridades e os chamados crimes contra o patrimônio — assaltos, roubos e furtos — estariam sendo acobertados pela própria Polícia.

Que, ainda, existiria uma atuação suspeitíssima do corpo funcional daquela repartição, pela presença de alcaguetes que consentidamente agem sob a égide policial, instituindo a indústria dos roubos, através de compensações ilícitas.

Todas essas denúncias de arbitrariedades estariam acontecendo sob a anuência do titular da Delegacia de Polícia, o bacharel NATEL GOMES DE OLIVEIRA, inclusive acusações de enriquecimento ilícito.

É de estranhar que tudo isto venha acontecendo, envolvendo o delegado Natel, que possui uma extraordinária folha de serviços prestados à Polícia do nosso Estado, tendo circunscrito toda uma vida à tarefa árdua de policial em defesa do patrimônio e da comunidade paranaense. Portanto, cabe à SECRETARIA DA SEGURANÇA apurar essas denúncias em favor do serviço público e do conceito e bom nome da classe.

Por esta razão, venho sugerir à Sua Excelência, o Secretário da Segurança, para constituir uma Comissão própria de sindicância, a fim de apurar as acusações, evitando-se que insinuações aleivas venha denegrir a nossa Polícia e empanar o conceito que ela goza perante a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Reneto Bernardi, inscrito. (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "Tribuna do Paraná", de hoje, traz a triste situação estampada através de fotografias, que vivem diversos bairros e vilas da cidade de Curitiba, e de outros municípios, da região metropolitana.

Nós temos, em Curitiba, o Boqueirão, vivendo momentos de muita tristeza, e moradores daquela região, região esta bastante alagadiça, estão se deslocando para o Ginásio do Tarumã, porque suas casas foram invadidas pelas águas.

O mesmo acontece no Uberaba, acontece em Cidade Jardim, já no Município de São José dos Pinhais; acontece na Vila Maria Antonieta, em Pinhais, Município de Piraquara; acontece também em Colombo.

Eu poderia falar tão somente da cidade de Curitiba, mas quero fazer, ainda que rapidamente, um apanhado a respeito dos executivos municipais de São José dos Pinhais, de Colombo, de Piraquara, e, mais precisamente de Curitiba.

São Prefeitos ocupados em fazer política, no pior sentido que a política pode ser feita.

São Prefeitos preocupados como este aqui de Curitiba, em trocar vaso de flor nas principais ruas da cidade; são prefeitos preocupados em embelezar o centro da cidade, sem

um mínimo de preocupação para com a população carente, para com aquela população que, na realidade, precisa muito mais da preocupação da autoridade, do que propriamente aqueles que se locomovem pelos centros da cidade.

Curitiba vive momentos de tristeza, pode-se dizer, com quase mil famílias preocupadas, no dia de hoje, não sabendo o que vai comer dali a pouco, não sabendo onde vai dormir, e não sabendo qual será o seu futuro.

Fica a pergunta: qual é a preocupação do Sr. Prefeito Municipal da cidade de Curitiba? Qualquer cidadão, como ele, que se diz urbanista, deveria saber que a retirada das águas do centro da cidade, estas águas fatalmente acabariam prejudicando alguns bairros da cidade.

E não deu outra.

O Boqueirão, hoje, está demonstrando através da preocupação dos seus moradores, a imprevidência de um prefeito nomeado, um prefeito preocupado com o centro da cidade, mas de um prefeito jamais preocupado com a população pobre da sua cidade, do seu município.

E os prefeitos da região metropolitana, como o Prefeito de Piraquara, só tem uma preocupação hoje: o Shopping Center que vai ser construído em Pinhais. É uma preocupação, portanto, com uma multinacional que lá vai se instalar.

Mas, a preocupação de Piraquara, que se dane.

O Prefeito de São José dos Pinhais, um homem totalmente preocupado em fazer política no centro da cidade, esquecendo-se da Cidade Jardim, do Jardim Ipê; hoje, mais de 500 famílias do Jardim Ipê não tem inclusive água para tomar, e a doença está batendo na porta daquele que ainda conseguiu ficar dentro de casa, porque a maioria da população, das 500 famílias do Jardim Ipê, esta maioria foi obrigada a se retirar, porque as águas também tomaram conta de suas casas.

Voltando a Curitiba, para encerrar, Sr. Presidente, como também poderia, e serve de exemplo para qualquer cidade do nosso Estado ou de nosso País, as Câmaras Municipais é que devem fiscalizar esses prefeitos que não têm preocupação alguma.

Mas, como é que uma Câmara Municipal como a de Curitiba, pode fiscalizar o prefeito biônico, se o próprio Líder do Governo, ontem demonstrando que esta Casa pode ser grande, como demonstrou na tarde de hoje, denuncia que é uma Casa de Uganda, é uma Câmara de Uganda, porque lá a corrupção é abonada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, criando cargos para funcionários fantasmas, de até 94 mil cruzeiros por mês.

As Câmaras deveriam fiscalizar; não fiscalizam e os Prefeitos ficam à vontade para abusar da população carente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Não pretendíamos usar da palavra no Pequeno Expediente, não fôra o nobre Deputado Nestor Baptista, em seu pronunciamento feito há poucos instantes, nos haver citado nominalmente com relação à Câmara Municipal de Curitiba.

É evidente que não formalizamos uma denúncia, conforme o noticiário da imprensa, nem temos condições, porque re-conhecemos a independência dos Poderes.

Sabemos que a Câmara Municipal de Curitiba é um Poder independente, um Poder municipal, Poder Legislativo municipal.

Apenas oferecemos um aparte ontem, ao ilustre Deputado Ezequias Losso, que se queixava amargamente da interferência política do Presidente da Câmara Municipal de Curitiba em

município onde o Deputado mantém um bom relacionamento político e foi, efetivamente, o Deputado mais votado, o Município de Porto Amazonas.

E, naquela oportunidade, estranhamos com muita tristeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se passa hoje naquela corporação legislativa que é presidida pelo vereador em questão, porque militamos durante 14 anos na Câmara Municipal de Curitiba. Fomos seu Presidente por cinco vezes consecutivas. Promovemos, com economia administrativa, a mudança da sua sede.

Porque, todos aqueles que militam na política curitibana, não desconhecem que a Câmara Municipal estava instalada na Rua do Rosário, num imóvel alugado, e diga-se de passagem, um aluguel dez vezes superior ao que valia na época, o referido imóvel.

E, através de gestões junto ao ex-Deputado Aníbal Cury, então Secretário do Poder Legislativo paranaense - conseguimos de Sua Excelência a apresentação de um projeto de lei, doando o imóvel da Rua Barão do Rio Branco, antiga sede do Poder Legislativo Estadual, à Câmara Municipal de Curitiba.

Conseguimos do então Governador, Ney Braga, em seu primeiro governo, a sanção daquele projeto de lei. Mas, o prédio estava abandonado, demandava obras de restauração, que realizamos apenas com economias administrativas.

Instituímos, naquela oportunidade, pela vez no Brasil, em serviço público, o 13o. salário. E como o fizemos? Através de economias legislativas, sem reforço de verba suplementar, nenhum reforço de verba foi pedido ao Prefeito da época, para o pagamento do 13o. salário aos funcionários da Câmara Municipal de Curitiba, que perdura até hoje.

Enfim, militamos por todos esses anos, deixamos um rastro de realizações dentro daquela corporação legislativa.

E hoje, vemos realmente com tristeza, que impera outro espírito dentro da Câmara Municipal de Curitiba. As recentes modificações introduzidas na Lei Orgânica do Município de Curitiba, e do próprio Regimento Interno, permitindo a reeleição do atual Presidente, foi fruto de uma barganha.

Barganha que não posso afirmar se foi em troca da transformação desses cargos, que segundo informações que tive, eram da ordem de 20 e poucos mil cruzeiros, e passaram a ser, com todas as vantagens, em torno de 94 mil cruzeiros.

Não tenho, absolutamente, nenhuma prova de que todas essas modificações introduzidas, tanto no Regimento Interno como na Lei Orgânica do Município de Curitiba, permitindo a reeleição do atual Presidente, tenham sido fruto dessa barganha, mas ao que tudo indica, talvez foram.

Desta forma, nos manifestamos ontem sem nenhum intuito de fazer uma denúncia, de criar sensacionalismo, mas fiéis ao mandato que recebemos do povo do Paraná e fiéis também àquele apoio desvanecedor que sempre recebemos do eleitor curitibano.

Não podíamos permanecer calados ante o que se passa na Câmara Municipal de Curitiba.

Fiz este registro, Sr. Presidente, porque conheço perfeitamente a independência do Poder Legislativo da cidade. Não fica bem a nenhum membro do Poder Legislativo Estadual uma interferência nos assuntos internos daquela corporação, mas o fiz como contribuinte de Curitiba, porque sou um dos que contribuo para o meu município através do pagamento dos impostos, e é evidente que todos os contribuintes curitibanos estão revoltados com a maneira fácil como se gasta o dinheiro do povo naquela Câmara de Leis.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvimos atentamente a fala do Deputado Nestor Baptista

sobre a chuva e que os prefeitos são inoperantes por causa da chuva.

As chuvas vieram não só na periferia de Curitiba, e não temos procuração para defender os prefeitos da região metropolitana, mas queríamos, apenas a título de orientação do ilustre Deputado Nestor Baptista, o dono da verdade, que nos diga como podem agir os prefeitos para pedir para São Pedro que não mande chover mais, porque o problema de alagamento, o problema das periferias das cidades metropolitanas de Santa Catarina, que são inundadas, e então há uma série de prefeitos que são negligentes e que não mandam parar a chuva.

Não conhecemos essa fórmula, ainda, de mandar parar a chuva e, com todo o respeito, com a devida vênia que temos pelo Deputado Nestor Baptista, queríamos que Sua Excelência nos ensinasse essa fórmula miraculosa para podermos também estendê-la aos nossos prefeitos, aos prefeitos de nossa região, porque basta o Prefeito ser do PDS para que ele seja culpado pela chuva que São Pedro manda.

Não sabemos se São Pedro pertence ao PMBD ou pertence ao PDS, porque as chuvas vêm.

Agora, o Deputado Nestor Baptista, com todo o respeito, com a sua juventude, com o seu tirocínio político e administrativo que tem de conduzir a sua vida política e a sua vida particular, nos dê essa fórmula, porque não é possível ouvirmos sem uma resposta assim ou sem uma pergunta que fica no ar, a esse moço de televisão, a esse moço de imprensa, a esse moço que é a esperança do Paraná vir aqui a culpar os prefeitos da periferia de Curitiba e ao próprio prefeito curitibano, porque São Pedro manda chuva.

É como diz o ditado: se existe enchente é porque tem chuva; se seca existe é porque tem falta de chuva.

Queríamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Deputado nos desse a fórmula para que pare de fazer chuva ou para que chova no tempo necessário; porque daí iremos para a lavoura plantar cereais, com essa fórmula miraculosa, porque sua cidade foi inundada, sua cidade teve o flagelo das chuvas, somos obrigados a escutar o Deputado Nestor Baptista a criticá-los porque chove.

Então pedimos vênia a São Pedro, e queríamos pedir ao Deputado Nestor Baptista que nos desse a fórmula e também nos informasse se São Pedro pertence ao partido dele ou ao nosso.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Permita-me Deus, a felicidade de jamais buscar votos pelo infortúnio de uma população.

Venho à tribuna, neste momento, muito triste. Triste com o pronunciamento que ouvi do Deputado Nestor Baptista. Triste com as injustiças que ouvi serem pronunciadas pelo Deputado, ao fazer uso de uma tribuna que deve ser sempre, permanentemente, vista, encarada e contemplada com a maior seriedade, porque é uma tribuna eminentemente popular, a tribuna desta Casa.

Pergunto ao nobre Deputado, se Blumenau, centro econômico de Santa Catarina, tem prefeito do PDS, as águas subiram doze metros acima do nível normal, e o Prefeito é do PMDB.

Vem o Deputado fazer afirmações injustas e infundadas contra os prefeitos, como se a eles pudesse se debitar a catástrofe, como se a eles fosse possível debitar o infortúnio de uma população pobre, sofrida, como se os prefeitos tivessem o poder de controlar as ações da natureza, como se eles pudessem controlar o momento em que as chuvas devessem cessar,

para não causar os males que estão causando na região metropolitana de Curitiba.

E mais grave do que isto, Srs. Deputados, a deliberada ignorância das providências todas que estão sendo tomadas para atender a estes miseráveis que, desprotegidos hoje, vivem da caridade pública, vivem do coração daqueles que podem ter a oportunidade de fazer um Natal amplo e não um Natal familiar, e para este Natal amplo, convido o Deputado Nestor Baptista.

Que ofereça aos flagelados a sua contribuição, clara, objetiva, incisiva, com alimentos e vestuários e com o que mais for necessário. E, se isto for muito, pelo menos com o calor humano.

Refuto, Sr. Presidente, as afirmações feitas pelo Deputado Nestor Baptista, no que toca ao prefeito de Curitiba, e no que toca ao prefeito de São José dos Pinhais.

Quanto a este último, permita-me dizer que em menos de quatro anos de gestão, São José quadruplicou o número de salas de aula. São José teve neste período administrativo, a pavimentação de 500 mil metros quadrados, a extensão de quilômetros e quilômetros de energia elétrica, e agora ainda, há pouco tempo, um convênio firmado pela SANEPAR para ampliação de três mil novas ligações de água naquele município. E, como se isso não bastasse, uma das áreas hoje em dificuldades face ao índice pluviométrico elevado, como há muito tempo não se via em Curitiba, fazíamos gestões ao lado do Prefeito de São José dos Pinhais, para que uma destas áreas seja completamente evacuada, inclusive porque foi declarada como de necessidade para preservação à natureza, através de decreto do Governador Ney Braga.

Mas, o que mais me deixa condoído, Sr. Presidente, é que nesta hora de sofrimento, é que nesta hora em que todos estamos realmente triste e chorando, políticos sem nenhuma ação objetiva para o bem da comunidade, queiram se prestar ao papel inglório, ingrato e ridículo, de faturar eleitoralmente o sofrimento e a penúria de milhares e milhares de pessoas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Carneiro, inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna neste Pequeno Expediente, para, neste final de período legislativo, ou melhor, deste período extraordinário, reafirmar aqui uma posição que sempre tivemos nesta Casa. Criticamos, no decurso deste ano, várias posições e medidas tomadas pelo Governo, principalmente federal.

Reivindicamos e solicitamos, em nome da gente que aqui representamos, melhorias das mais variadas, principalmente ao povo da região de Campo Mourão. E não teria um comportamento justo, se não viesse agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradecer, de público, as reivindicações que por nós foram feitas e foram pelo Governo do Estado, atendidas.

Seria injusto se não agradecesse aqui e agora, a estrada Pitanga - Campo Mourão, que o Governo Ney Braga se esforçando, criando condição, deu um aceleramento todo especial, de forma que, ainda há poucos dias, tivemos a oportunidade de trafegar de Pitanga até o Município de Iretama, numa distância de aproximadamente 40 quilômetros, já por asfalto, embora ainda precário.

Queremos agradecer nesta oportunidade, os recursos liberados pelo Governo do Estado aos mais variados municípios da região que representamos: Peabiru, Engenheiro Beltrão, Campina da Lagoa, Boa Esperança, e tantos outros municípios daquela região.

Tivemos oportunidade ontem, Srs. Deputados, do meu gabinete, inaugurar o serviço telefônico do Município de Ire-

tama. Uma velha aspiração daquela gente que luta, trabalha e produz para a grandeza daquele Estado, e por isso faria jus ao benefício que ontem recebeu.

Também do meu gabinete inaugurei ontem, um posto telefônico no Distrito de Erveira, Município de Campina da Lagoa, uma obra que marcou e beneficiou a toda aquela população.

Recebi vários telefonemas de pessoas daquele distrito, que agradecendo a nossa participação, me fizeram portador de um agradecimento ao Governo do Estado.

E eu agora, de público e desta tribuna, que temos ocupado tantas vezes para criticar, para solicitar e para pedir, neste final de mandato quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrar o meu agradecimento pessoal, em nome do povo que represento, da região de Campo Mourão, por todos os benefícios que recebeu do Governo Ney Braga, considerando e com consciência das dificuldades que atravessamos neste exercício e neste ano.

Mas, sabedores também de que o Governo Ney Braga, apesar das dificuldades enfrentadas, deu, neste ano, um aumento que jamais foi dado a todo o funcionalismo público e que vem principalmente agora neste período extraordinário, concedendo benefícios e aumentos, de acordo com os recursos disponíveis do Estado, às mais variadas classes que trabalham, que labutam e que ajudam a construir esse nosso querido Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para comentar e requerer a respeito de denúncias surgidas no jornal "A Folha de Londrina", segundo as quais estariam ocorrendo desmandos e corrupções na Delegacia de Polícia daquela cidade, acusando ainda a Polícia de omissão, inoperância, desacreditando-a desta forma perante a sociedade.

Também há referências de que banqueiros de bicho compram as autoridades e os chamados crimes contra o patrimônio, furtos, assaltos, estariam sendo acobertados pela Polícia.

E que ainda existe uma atuação suspeitíssima do corpo funcional daquela repartição, pela presença de alcagüetes que, consentidamente, agem sob a égide policial, instituindo a indústria de roubos, através de compensações ilícitas.

Todas essas denúncias de arbitrariedades estariam acontecendo, sob a anuência do Delegado titular, Bacharel Natel Gomes de Oliveira, inclusive com acusações de enriquecimento ilícito.

Delegado Natel, há alguns anos é titular da 12a. Divisão Policial do Município de Londrina, tendo sido designado para aquela função no Governo de Jayme Canet, e mantido pelas suas qualidades, por sua boa folha de serviços, tendo em vista uma vida toda dedicada à atividade policial e também com uma boa vivência dentro da comunidade londrinense.

Portanto, não estou aqui para julgar a posição do Delegado, mas não poderia ficar omissa diante da posição tomada pelos jornais já há uma semana, levando a questão policial e da qual o alvo principal é o Delegado de Polícia.

Há um pensamento mais ou menos amalgamado na população, de que todos os males sociais devem ser debitados à Polícia, quando na verdade assim não é. Eles surgem, sobretudo numa cidade de constantes modificações como de Londrina, que recebe contingentes humanos vindos de todas as partes do Paraná, provocados pela liberação do homem do campo que se depauperou pela falta de uma profissão definida, pela falta de emprego, criando uma situação difícil para a convivência social, encaminhando-se à marginalização e ao crime. As causas são

muitas.

Entretanto, dado que há uma séria acusação contra a pessoa daquele Delegado, cabe a nós, como homens do Governo, particularmente como representante daquela comunidade, solicitar a Sua Excelência o Sr. Secretário da Segurança a constituição de uma CPI própria e específica para a criação de uma sindicância para apuração dos fatos imputados ao Delegado, Dr. Natel, especialmente do crime do enriquecimento ilícito e ligações com banqueiros do jogo do bicho.

Peço a Sua Excelência que o faça rápida e eficientemente, para que se apurem as faltas, se existirem, que se libere uma pessoa que está "sob judice" da população, se não existir.

E para que se dê uma satisfação pública dos atos atentados na imprensa. Este é o pedido que dirijo a Sua Excelência, o Sr. Presidente, para que seja encaminhado à Secretaria da Segurança.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já no limiar do ano de 1980, uma das últimas sessões desta convocação extraordinária, não poderia deixar de estar diante desta tribuna, para enaltecer fatos que ocorreram na cidade de Paranaguá, benefícios levados àquela comuna pelo grande amigo do litoral, que é o Governador Ney Braga.

Há poucos dias, dez passados, o Sr. Secretário dos Transportes inaugurava um trecho de quatro mil metros de asfalto construído entre o Posto Fiscal e a Estrada das Praias.

Com recursos exclusivamente do Governo do Estado, obra esta que beneficia centenas de famílias que estão localizadas neste trecho de quatro mil metros quadrados.

Atualmente, o Governo do Estado também com recursos exclusivamente do Governo, está construindo três pontes de concreto, nas estradas das colônias, orçadas em quatro milhões e 600 mil cruzeiros. Pontes que beneficiam os moradores das Colônias Quentilha, Maria Luiza, Pereira e Rio das Pombas, também dentro do Município de Paranaguá, e consequentemente obras que deveriam ser feitas pelo Sr. Prefeito, que se ligou às fazendas e está sendo feito pelo Governo do Estado do Paraná.

No dia 30, mais um grande benefício para o litoral, o Secretário dos Transportes inaugurará 20 quilômetros de repasseamento, iniciando com a BR-277 até a Praia de Leste, repasseamento construído com o máximo de perfeição.

Neste fim de semana estivemos no litoral, percorrendo aqueles vinte quilômetros já prontos e serão inaugurados oficialmente dia 30 deste mês, numa demonstração inequívoca de que o Governo do Estado tem suas atenções voltadas para o Paraná e principalmente para o litoral, que é o mais carente. E esse mesmo dia, a construção de quatro mil metros de asfalto, entre a Praia de Leste e a Ponta do Poço, a fim de que tenhamos acesso fácil àquele local, onde estão sendo construídas as plataformas marítimas para a prospecção de petróleo. Lá estão grandes empresas como a Techint, Tenenge e CBC, empresas que dão emprego a mais de seis mil operários, empresas que estão absorvendo mão-de-obra ociosa, de Paranaguá, empresas que estão lá sendo contratadas para um trabalho ciclópico que é o de construção dessas plataformas marítimas para prospecção de petróleo, como eu acabei de dizer.

Isso tudo, Srs. Deputados, é o Governo Ney Braga, marcante, é o Governo que deixa marcas indeléveis, de progresso em todo o Paraná. É o Governo preocupado com a sua meta homem, a sua meta que é o ser humano.

Como se isso não bastasse, no dia 16 de dezembro o Sr. Governador, que foi quem abraçou uma causa muito importante para Paranaguá e todo o Litoral, que era a da existência, da

criação, da implantação de dois cursos superiores, na Faculdade de Direito, Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. E foi o Sr. Governador, que desde o mês de março, acompanhando "pari passu" a evolução desses acontecimentos, marcantes para a nossa cidade, não descuidou-se em nenhum momento sequer, não permitiu que embargos surgissem, que dificuldades ocorressem, para que em Paranaguá fossem implantados dois cursos, o de Administração e o de Ciências Contábeis. E no dia 16 de dezembro, o Sr. Governador, atendendo a um apelo da população parnanguara, do povo de Paranaguá, do magistério, endereçou um ofício ao Ministro Rubens Ludowick, que tem o seguinte teor:

"Sr. Ministro.

Cumprimentando-o, tenho a satisfação de fazer chegar às suas mãos a documentação apensa, solicitando a Vossa Excelência, tome as providências cabíveis, no sentido de que seja baixado o decreto autorizando o funcionamento dos cursos de Administração e de Ciências Contábeis, na Fundação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, de Paranaguá, de conformidade com os termos do Artigo 47 da Lei 5540, de 28 de novembro de 1968, do Decreto 842, de 09 de setembro de 1969 e com as normas contidas na Resolução no. 22, de 28 de setembro de 1973, do Conselho Federal de Educação.

Antecipando agradecimentos, pela atenção dispensada, renovo-lhe, Sr. Ministro, as expressões do meu superior apreço e distinta consideração. Assinado, Ney Braga, Governador do Paraná".

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELSON BUFFARA — Com muito prazer, Deputado Líder da Bancada do PDS, Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência, como já é uma característica pessoal de Vossa Excelência, sempre foi muito modesto.

Embora reconheçamos o interesse que volta o Sr. Governador do Estado, que é um dos bolsões de subdesenvolvimento do Estado e que merece efetivamente a atenção do Governo do Estado, que todos sabemos hoje está preso a uma legislação tributária que é uma verdadeira madrastra para os Estados membros da União.

Mas, depende também muito do Governo Federal, para que se possa levar ao povo do litoral aquilo que não é um favor mas um direito daquele povo, porque é nosso irmão e sempre foi esquecido pelas administrações.

Mas, o Governo Ney Braga, tão logo assumiu o segundo período de Governo, realmente preocupou-se com o litoral do Paraná. Veja Vossa Excelência que Antonina, que também é o comando político de Vossa Excelência, que sabe muito bem dos benefícios que o Governador Ney Braga conseguiu levar a Antonina. Praticamente promoveu a ressurreição de Antonina, porque aquele município estava decadente e até agonizando.

Reconhecemos a ação do Governo Ney Braga em favor do litoral. Verberamos o descaso, o desinteresse do Governo Federal, pelo mesmo litoral.

Mas, o que os Anais da Casa precisam registrar, é a luta que Vossa Excelência tem encetado nesses 14 anos que juntos convivemos aqui nesta Casa, em favor do litoral. Eu, sinceramente, nunca vi uma semana que se passasse, sem que Vossa Excelência fosse à tribuna para lutar pelo litoral do Paraná.

Ainda Vossa Excelência disse há pouco, que o Governo Ney Braga havia levado a Paranaguá duas faculdades. Sabemos que essas faculdades, Vossa Excelência vem lutando por elas há mais de dois anos, temos acompanhado a sua luta em favor da instalação dessas duas faculdades, que finalmente Vossa Excelência teve êxito, houve a compreensão do Governo do Estado, mas houve a luta titânica de Vossa Excelência, incansável. Vossa Excelência chega às vezes até a exaustão, na defesa

do litoral paranaense.

É preciso que os Anais da Casa registrem esse fato.

Vossa Excelência está sendo muito modesto e está dando ao Governo do Estado, méritos que são seus, pela luta que vem desempenhando todos esses anos, em favor do povo do litoral.

Cumprimento Vossa Excelência, e cada vez que tenho oportunidade de falar com um morador de Matinhos, Morretes, Guaraqueçaba, que também o Deputado Ezequias Losso defende e sabemos que é um dos lutadores por Guaraqueçaba, juntamente com Vossa Excelência, falo sobre o trabalho que Vossa Excelência vem desenvolvendo e que realmente vem contribuir para muitas conquistas do povo de Guaraqueçaba.

Quero registrar, neste aparte, esses fatos para, como eu já disse, que se faça justiça a um homem que tanto lutou pelo litoral paranaense.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte, as suas palavras lisonjeiras, o seu incentivo a um Deputado que luta pelas coisas litorâneas, e é evidente que o Deputado destacou Antonina, e Antonina ressurgiu diante da vontade do Governo que fez com que a Rede Ferroviária Federal tivesse maior dimensão e vai fazer com que o Porto seja reformulado e dragado o canal de acesso ao porto.

Concedo o aparte ao Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e quero enaltecer no que diz respeito ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo nosso dinâmico Governador, Ney Braga no Município de Guaraqueçaba.

Algum tempo atrás, como é do conhecimento de Vossa Excelência, Guaraqueçaba estava sofrendo sérias dificuldades pela falta de energia elétrica que permitisse um melhor desenvolvimento dos planos produtivos ao longo de uma das mais importantes e produtivas regiões do nosso Estado.

Hoje, Guaraqueçaba está passando por um surto de progresso extraordinário que, através da energia elétrica, foi levada pelo Governador Ney Braga.

Está havendo a possibilidade do aproveitamento racional das potencialidades que a terra proporciona na região, mas devo me congratular com Vossa Excelência de uma forma muito especial, quando traz ao conhecimento da Casa o encaminhamento deste expediente ao Ministro da Educação, General Ludwig, relacionado com a efetiva instalação em Paranaguá de duas faculdades.

Realmente, a educação de categoria, é um dos fatores mais importantes para que possamos alcançar a verdadeira independência cultural, para que, assim, possamos superar os nossos próprios problemas.

Portanto, Vossa Excelência é um homem de visão ao lutar por esta causa. O Governador Ney Braga é um homem de visão ao endossar a causa defendida por Vossa Excelência. E esse empreendimento, nobre Deputado, vem também beneficiar o Município de Guaraqueçaba, porque muitos dos que ali estão estabelecidos, poderão futuramente prosseguir seus estudos sem maior dificuldade, no próprio litoral do Paraná. Hoje tem que subir a Curitiba, diariamente, com sacrifícios, para poder levar avante seu plano, seu programa de aperfeiçoamento cultural.

Ao polarizar em Paranaguá os interesses dos estudantes, das famílias, dos vários municípios litorâneos, se permitirá uma racionalização nesta área.

Aceite portanto, nobre Deputado Nelson Buffara, a minha especial congratulação por esta iniciativa, que já há algum tempo vem sendo desenvolvida por Vossa Excelência, e tenho certeza, alcançará os resultados realmente brilhantes que trará à juventude estudiosa e às famílias daquela região, a satisfação plena pelo atendimento que lhe é prestado.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte do Deputado

Ezequias Losso que demonstra a sua preocupação também pelo Litoral, porque Vossa Excelência tem participação efetiva naquela região e jamais descuidou-se dos interesses das comunas que foram entregues. Na realidade, é a última etapa — este ofício que dei conhecimento à Casa, do Sr. Governador do Estado, ao General Ruben Ludwig, em termos a nível de Governo do Estado.

Creio, tenho razões para acreditar que o Sr. Ministro, a esta altura dos acontecimentos, já recebeu o expediente e tomará providências a fim de que o Conselho Federal de Educação tome por termo o apelo do Sr. Governador Ney Braga e que, em fevereiro, se Deus permitir, que sem embargos ou dificuldades, os alunos do litoral possam prestar estes vestibulares em Paranaguá, como disse Vossa Excelência e que trará facilidade de locomoção, por ser esta cidade a mais próxima dos municípios da região litorânea.

Nossa obrigação, como elemento de uma esfera avançada, atendendo reivindicação do povo e dos professores, mercê de Deus, e com a graça de Deus, com o apoio que obtivemos das autoridades, do Sr. Secretário da Educação e a maior parcela de responsabilidade crédito ao Governador Ney Braga, débito a ele, dou a ele esta responsabilidade, foi ele quem mais se interessou e quem pôs a "pá de cal" necessária para que tudo isso fosse consolidado.

Estou certo que o Paraná caminha com o destino que haveremos de querer para nós, paranaenses, um destino promissor, com um futuro alvissareiro, porque temos um Governador honesto, leal, bem intencionado, de caráter firme, que haverá de fazer em 81 um ano de grandes realizações no Paraná.

Haverá de provar que neste seu segundo Governo, no primeiro eleito pelo voto direto, e no segundo aclamado por todos os paranaenses bem-intencionados que vêem no Sr. Ney Braga um homem correto, para fazer deste Paraná, um Estado feliz e promissor.

Estou rendendo minha homenagem a este homem, pelas realizações, pelos empreendimentos, pelas grandes obras que ele tem levado ao litoral, com recursos que são incontáveis, com recursos incessantes que vem dando a Antonina, Morretes, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá e, tenho certeza, também a Guaraqueçaba, que Vossa Excelência representa nesta Casa, com muita felicidade.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos muito à vontade nesta tribuna, estamos com plena e total convicção, defendendo um homem que não precisa de defesa, defendendo um homem que tem marcado sua vida em benefício do Estado que ele tanto ama e tanto quer.

E nós que hoje, estamos integrados no PDS, estamos tendo um reconhecimento ímpar e singular, nas comunas litorâneas, porque entendem nossos amigos que, ontem, viam-nos numa agremiação partidária e hoje em outra, entendem o significado, a importância de eu ter tomado essa decisão — para mim de certa forma histórica — porque nossa presença no PDS tem-nos facilitado um acesso ao Sr. Governador, uma sensibilidade sensacional de Sua Excelência para com os municípios do litoral, facilitando, em todos os momentos que queremos e pretendemos, realização de obras e recursos em todo o litoral.

Estamos identificado com o litoral, porque lá nascemos. Nós que sentimos as dificuldades do povo daquela região, sabemos das dificuldades que existem para sobreviverem no momento em que todo mundo sente dificuldades. No entanto, haveremos de superá-las, porque nossa vontade inquebrantável, nossa vontade férrea de vencer, e venceremos, superaremos as dificuldades e as barreiras que forem apresentadas, chegaremos, com ajuda de Deus, a ver este povo ordeiro, compreensivo e generoso como é o do Paraná, e que agradece, em todos os momentos, ao Governador Ney Braga, Chefe do Executivo.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, nós que conhecemos a sua atuação nesta Casa, desnecessário seria afirmar que Vossa Excelência sempre colocou acima dos interesses partidários, o interesse da região litorânea de nosso Estado.

E sou testemunha disso, nobre Deputado, quando tive a honra de assumir interinamente o Governo do Paraná, representando esta Casa, no licenciamento do eminente Governador Parigot de Souza, e foi Vossa Excelência quem coordenou a primeira visita que fiz como Governador, a Paranaguá, reunindo todos os prefeitos da região, prefeitos que eram da ARENA e Vossa Excelência era do MDB.

No entanto, por isso, Vossa Excelência pode levantar a cabeça, porque tem sabido cumprir a sua obrigação e tem sabido corresponder à expectativa do eleitorado que o tem trazido a esta Casa.

Continue assim, nobre Deputado, e pode estar certo, o povo saberá fazer justiça a Vossa Excelência.

Continue colocando sempre e acima de tudo, os interesses do povo, os interesses da região, como tem feito sempre aqui nesta Casa.

Receba meus cumprimentos, conte com meu apoio sempre que necessário for, às causas que Vossa Excelência estiver abraçando em favor do povo dos municípios que Vossa Excelência tem, tão bem, representado aqui nesta Casa.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, que tem sido um Deputado com atuação marcante neste Estado. Deputado em várias legislaturas, Governador do Estado, deixou indelevelmente gravado, em todos os paranaenses, os benefícios que Vossa Excelência houve por bem prestar em todos os cargos que ocupou com muito brilhantismo.

É uma honra ser amigo de Vossa Excelência, e privilegiado em privar de sua amizade.

Para finalizar, quero aproveitar esta oportunidade para fazer uma afirmativa nesta Casa de Leis: estamos aqui, ao longo deste ano, desde que passamos a integrar a Bancada do PDS, com absoluta e total liberdade.

Nunca recebemos do Sr. Governador do Estado uma imposição — o que me deixa muito feliz; nunca recebemos uma advertência, Sua Excelência nos deixa perfeitamente à vontade para votarmos o que entendemos seja importante e necessário para o bom andamento dos planos do Governo do Estado.

Nunca fomos compelidos a votar contra nossos princípios, contra a nossa filosofia.

Por esta razão, estamos perfeitamente entrosados com Sua Excelência, porque ele é, na realidade, um homem de bem que muito fará por este Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja usar do seu horário. Tendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, usar a tribuna nesta tarde, no horário reservado ao meu Partido, o PTB.

Todavia, sentado na minha bancada, escutando os diversos oradores que nesta tarde usaram da tribuna no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, não poderia, caros Pares, deixar de, neste finalzinho de trabalho do período extraordinário, deixar de colocar nesta oportunidade o que ouvi e o que senti neste desfile feito da tribuna parlamentar desta Assembléia.

Vi o nobre Deputado Erondy Silvério, Líder do Governo

nesta Casa, se reportar à Câmara Municipal de Curitiba, por onde passei e por onde fiquei durante seis anos, quando tivemos a oportunidade também de ocupar, naquela Casa legislativa, a liderança da Bancada da Oposição, bem como passar por dois anos à frente da Segunda Secretaria, da Executiva da Câmara Municipal de Curitiba.

E vi e escutei o Deputado Erondy Silvério, dizer desta tribuna, de que efetivamente o Presidente daquela Casa, talvez tivesse induzindo os Srs. Vereadores a votar para que a Lei Orgânica do Município de Curitiba permitisse que haja reeleição para o mesmo cargo na mesma legislatura.

Disse o Deputado Erondy Silvério, que talvez o Presidente da Câmara Municipal de Curitiba tenha barganhado com os seus vereadores, à vista de cargos polpudos que rodam ou se aproximam em cerca de 94 mil cruzeiros.

Se isto aconteceu na nossa Câmara, da Capital, é porque a barganha foi feita com a Maioria. Nada se aprova sem se ter a maioria e o PDS naquela Casa, tem 14 vereadores.

Esta a primeira consideração que exponho nesta tarde. Vi, Sr. Presidente, outros Srs. membros deste Parlamento, usarem da tribuna e se referirem a inaugurações feitas pelo Governo do Estado, tais como o telefone de Iretama, dito pelo Deputado Augusto Carneiro, ou o posto telefônico no interior de Campina da Lagoa, e veio ele dizer também que agradecia, entre essas coisas, a pavimentação da rodovia e do trecho compreendido entre Campo Mourão e Pitanga.

Vi e escutei nesta tarde, o Deputado Aírton Cordeiro rebater algumas colocações do ilustre Deputado Nestor Baptista, da Bancada do PMDB, quando dizia que o Prefeito da cidade de Curitiba pouco se importava com o que acontece com a população mais sofrida e o próprio Deputado Aírton Cordeiro, na mesma oportunidade que contestava essa afirmação, dizia de que realmente o povo da cidade, o povo da periferia vive miseravelmente. Será miserável o povo da periferia porque o Governo não atende a população desta mesma periferia, ou será culpado o Governo que o Deputado Aírton Cordeiro aqui defende, principalmente no que diz respeito à sua política econômica?

Será verdade que o Prefeito de São José dos Pinhais, que o nobre Deputado Aírton Cordeiro aqui se reportou e disse, e disse alto e bom som, de que outros teriam vindo aqui faturar eleitoralmente, quando é o próprio Prefeito de São José dos Pinhais, desgraçadamente enganando o povo daquela comuna, elegeu-se pelo Partido da Oposição e agora lá está a faturar eleitoralmente, isto sim, para o Partido do Governo na última eleição.

Será, Sr. Presidente, que nesta oportunidade em que se encerra praticamente esse período extraordinário, posso eu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, escutar que o Governador do Estado tenha oficiado ao Sr. Ministro da Educação para a criação de faculdades ou de cursos em Paranaguá, quando ele, Ministro quatro anos, nem sequer nos deu o prazer de tentar federalizar as nossas faculdades de Ponta Grossa, Maringá ou Londrina.

Não pode fazer e está a pedir que se faça. Como posso deixar de contestar tudo isso, quando vejo que quando a Oposição nesta Casa vem e reivindica alguma coisa, a maioria, calada, apenas levanta.

Como posso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de usar a tribuna numa oportunidade como essa, quando vejo que o carnaval se antecipou. O confete está a rolar.

Como posso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de vir à tribuna nesta oportunidade, quando vejo acontecer o que aqui acontece.

Mas entendemos, Sr. Presidente, entendemos, meus Caros Pares, de que o Governo é maioria, e a minoria tem obrigação de fazer, e a minoria tem o direito de dizer, e a minoria, numa Casa Legislativa, tem o direito de fazer o que temos tentado

fazer: demonstrar e tentar mostrar que o pensamento, desde que justo, pode ser mudado.

É por isto que após discorrer o que aqui ouvi, é que nesta tarde venho mais uma vez, pedir ao "bonzinho" Governador do Estado, pedir aos homens ilustres da Bancada do PDS, que dêem oportunidade também, não só na construção de estradas, não só na colocação de tudo aquilo que se pediu...

O Sr. David Cheriegate — Um aparte, ilustre Deputado?

O SR. ADALBERTO DAROS — ... mas que dêem oportunidade a que o homem, que é a razão da existência, tenha também um pouco mais de vida.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo encerrar, pedindo aos senhores um pouquinho de consciência e que isto se faça dando condição ao funcionário público também; hoje, na véspera do Natal, vamos dar a oportunidade a que o Governador do Estado, que tem dado tudo isto que aqui foi colocado, possa dar também ao funcionalismo público deste Estado um pouquinho mais de sobrevivência, um pouquinho menos de miserabilidade, se dê a ele a oportunidade de viver um pouco mais com a família sofrida, que se dê condições à família paranaense do funcionário público, de um Natal melhor.

Tem o aparte o Deputado David Cheriegate.

O Sr. David Cheriegate — Estamos ouvindo com bastante atenção o seu pronunciamento, e só gostaríamos de aproveitar esta oportunidade, para registrar que a região Oeste do Paraná, que temos a honra de representar na Assembléia Legislativa, recebeu do ilustre Governador Ney Braga, ainda na época em que ocupava o Ministério da Educação, três cursos universitários. Na sua atuação como Governador do Estado, tivemos oportunidade de analisar pessoalmente o prestígio do Sr. Ney Braga, quando percorríamos os corredores do Ministério da Educação, para solicitar autorização para mais três cursos: Enfermagem, Engenharia Agrícola e de Ciências Econômicas, presenciamos também o apoio que o Governador Ney Braga deu ao Oeste do Paraná, ajudando na instalação de duas faculdades nos Municípios de Toledo e de Marechal Cândido Rondon.

Quero dizer ao meu ilustre amigo, Deputado Daros, se hoje a juventude da região Oeste do Paraná não está mais abandonando aquela região para cursos superiores, se hoje a região Oeste do Paraná tem condições de oferecer curso superior também em Foz do Iguaçu, deve e deve muito ao ilustre Governador Ney Braga.

Queremos, só para evitar que talvez se cometa uma injustiça na última sessão plenária do ano, queremos registrar que o povo do Oeste do Paraná é muito grato ao Governador Ney Braga, ao seu trabalho, à ajuda que Sua Excelência tem dado em todos os momentos, àquela região.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Deputado David Cheriegate, o aparte de Vossa Excelência nos ajuda e demonstra que, realmente, quando o Governador Ney Braga era Ministro, deu condições ao Oeste e pode dar, hoje, Sr. Deputado, se esta Assembléia assim quiser, se esta Assembléia aquiescer à emenda posta a projeto de lei que vai ser apreciado no dia de hoje, ainda; se a Bancada do PDS assim o quiser, e se o Governador do Estado, dando o que deu ao Oeste, com boa vontade, talvez possa, da mesma forma, dar ao funcionalismo público, um pouquinho mais, como disse, um pouquinho, para que tenha melhores condições de vida.

Era só, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Herbert Anton Scheffel, Prefeito Municipal de Marmeleiro.

A Presidência consulta o PMDB se deseja usar do tempo que lhe é concedido.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Usará do horário o nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (LÊ): "Meu rápido pronunciamento, marcado pelo protesto contra a ação do Governo e cobrando sua responsabilidade em relação à situação da maioria da população, gerou respostas imediatas, elogios fáceis, demonstrações de lealdade que, como sempre, quando partem da bancada do PDS se fazem mais ao chefe que ao povo. Quero usar o horário da liderança para ampliar e justificar minhas críticas.

É em momentos como estes, em que a presença de um fator especial, as chuvas, nos fazem ver como é tênue a linha que separa a maioria da população deste País, e portanto, da nossa cidade, do desabrigo, da desesperança, da morte. A chuva caiu sobre a cidade e ajudou a lavar um pouco as tintas de cores demagógicas com que o Prefeito Jaime Lerner costuma descrevê-la para consumo de pequena parte da população privilegiada, para os turistas, e principalmente para a opinião pública do resto do País que ele cultiva tão bem através de um plano de propaganda bem executado e que chega a projetá-lo como grande urbanista.

Pois a chuva, Sr. Presidente, Srs. Deputados, caiu sobre Curitiba. Mas produziu efeitos diferentes sobre as diferentes camadas sociais. E o que vimos?

Que a grande maioria da população não é beneficiária dos serviços básicos de saneamento. Que a maioria da população não recebeu sua parte na canalização dos rios, na solução dos problemas de infraestrutura urbanos. Comprova-se o que já afirmamos anteriormente: que o plano diretor desta cidade, tão auto-elogiado, favoreceu as várias camadas da população proporcionalmente ao nível de renda.

É uma calamidade como essa que põe a nú o verdadeiro caráter das administrações públicas do regime. Assim como na distribuição da renda, vemos que a distribuições dos serviços públicos básicos obedece aos mesmos critérios de concentração. Uma pequena parcela é privilegiada enquanto a maioria se vê desassistida de tudo.

E estão aí os próprios dados oficiais a demonstrar que apenas 30 por cento da população de Curitiba é servida por rede de esgotos.

Estão aí os mesmos dados oficiais a mostrar que o asfalto percorre os caminhos dos mais ricos. Que o esgoto, a céu aberto, que a lama, os rios que transbordam, a ausência de infraestrutura é problema da maioria que não foi agraciada por gestões voltadas para o atendimento apenas da camada mais privilegiada.

Não há como negar esta realidade. E não sou eu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uso da demagogia. Quem usa são aqueles que, neste momento de calamidade, visita os desabrigados para levar a solidariedade hipócrita de quem não providenciou o necessário para que aquela população não estivesse sofrendo como agora".

Como ontem tive a oportunidade de assistir o Deputado Airton Cordeiro, fazendo um apelo através da televisão.

Eu não fiz isso. Fiz da tribuna, porque este é o legítimo lugar para nos pronunciarmos.

O Sr. Airton Cordeiro — Reitero meu aparte. Por favor!

O SR. NESTOR BAPTISTA — Dentro de instantes, com o maior prazer.

"Neste ano, o Prefeito Jaime Lerner usou dos meios de comunicação à sua disposição para anunciar projetos caríssimos como a Semana do Humor, que gastou uma fortuna para trazer humoristas de todo o País para fazer rir uma pequena parcela da população.

Porque, a grande maioria, não tem do que rir. A grande maioria chora a morte que com eles convive diariamente. Chora as condições de existência mais difíceis. Chora o desemprego. Chora ter que morar em favelas sob ameaça constante de

despejo. Chora os decretos de alta dos preços das tarifas de transportes. Chora a não oportunidade de eleger administradores identificados com seus interesses, porque deles subtraíram o direito de votar e escolher quem merece sua confiança para por em seu lugar tecnocratas, urbanistas, arquitetos que surgiram dos gabinetes onde valem mais as indicações de grupos econômicos e seus interesses que a indicação popular.

Cobram-me soluções. Elas são simples. Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, resumem-se numa palavra que arrepiava de temor aqueles que se identificaram por tanto tempo com o arbítrio e a violência para governar contra o povo, contra a Nação.

Essa palavra é democracia. Não apenas a democracia formal, como a que exercemos aqui. Mas democracia verdadeira, que significa democratizar a renda, democratizar os serviços públicos, democratizar a educação, democratizar a saúde. E não fazer da administração pública um bazar onde têm acesso os poderosos do momento. Significa respeitar o poder popular castrado e que se exerce pelo voto quando há democracia. Como aqui não a temos, nada é respeitado. E até as calamidades são transformadas em objeto de demagogia dos que exercem o poder sem representatividade e sem legitimidade.

As soluções que proponho não se aplicariam nesta quadra da história do País. Exige o respeito não pelos que ocupam indevidamente os cargos públicos. Mas o respeito pelas decisões da minoria. Tomem os dados, observem esta cidade. Ela foi construída para quem?

Foi construída para o uso e deleite de uma minoria privilegiada. As soluções estão na inversão deste processo, na redemocratização plena do País, no estabelecimento de um novo pacto social que corresponda aos interesses da maioria.

Por enquanto, as justificativas que ouvimos são estas: quando chove e o povo se vê desabrigado, a culpa é de São Pedro, e os benefícios do Sr. Jaime Lerner ou do Governador Ney Braga. Isto é demagogia. Explicação simplista. Choveu a mesma chuva para todos, mas a minoria não sofreu os efeitos da desgraça.

Deixemos de brincadeiras, deixemos de simplismos. Vamos tratar aqui das questões que dizem respeito à população com empenho em elevar o nível dos debates, para ao que seja respeitar neste Poder tão restrito, os direitos e as aspirações de mudança da grande massa que sofre, enquanto os poderosos do momento fazem concurso de humor para divertir seu espírito pervertido pelo acesso fácil ao poder, que desrespeita todos os princípios que devem reger uma administração democrática.

Espero ter sido claro o suficiente desta vez. E aqueles que defendem o atual estado de coisas, saibam que não serão dados e informações colhidas ao acaso, que justificarão a situação em que vive a maioria da população desta cidade, os índices de mortalidade infantil, a miséria que caracteriza o cotidiano dos trabalhadores que produzem as riquezas apropriadas por tão poucos e transformadas também em benefícios usufruídos por tão poucos".

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Gernote Kirinus. O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Nestor Baptista, realmente, quando se solicita do Executivo, que o próprio nome diz Execução, executar aquele que deve fazer e deixa de executar de saneamento, obras de previsão inclusive, disso ele é o responsável, isso não resta dúvidas.

Não temos a faculdade de operar milagres, inclusive, se faz achatamento aqui dos milagres contidos na Bíblia, como querendo gozar deles. Mas Deus não nos deixou tão desprotegidos assim, também Ele nos deu a inteligência para fazer uma administração com justiça, e reclama justiça, e o que se faz do nascimento de Cristo, se faz demagogia política, fazem grandes jantares com caviar, com vinho importado para os restos daquela mesa, ser distribuído aos pobres, com grandes demagogias.

Isso é Natal dos pobres, isso fazem com o nascimento de Cristo, com a festa da cristandade. Mas eu gostaria, para não me alongar, nobre Deputado, só ler aqui uma passagem da Bíblia, o que Deus diz dessas demagogias que se faz com as festividades do Natal, hoje. Ele diz simplesmente o seguinte:

"Aborreço, desprezo as vossas festas, e com as vossas assembleias solenes, não tenho nenhum prazer. E ainda que me ofereçais o local de vossas ofertas e manjares, não me agradarei deles, nem atentarei para ofertas pacíficas de vossos animais cevados".

Diz mais:

"Afasto de mim estes intrépidos cânticos, porque não ouvirei a melodia de tuas líras. Antes corre o juízo como as águas e a justiça como o ribeiro perene".

Esta é a solução. Esta é a orientação, nobre Deputado, e não as demagogias que se fazem quando aqui mesmo se aludiu, convidando Vossa Excelência para que participasse da distribuição de brinquedinhos, de presentinhos para crianças, homenageando o Natal dos pobres.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço ao nobre Deputado Gernote Kirinus, e gostaria de incorporá-lo a este pronunciamento.

Com respeito a São José dos Pinhais, Deputado Airtton Cordeiro, há pouco ocupou a tribuna o Deputado Adalberto Daros, do PTB, e falou, em rápidas palavras, o que significa o cidadão que ocupa a Prefeitura de São José dos Pinhais, o cidadão que não respeita a população da sua cidade, e vou dar um exemplo rápido para o nobre Deputado.

O Jardim Ipê tem hoje, 500 famílias desabrigadas, e já estariam desabrigadas por um ato que justifico como de corrupção do Sr. Prefeito, porque mandou vereadores, verdadeiros vassalos do Prefeito aqui do bairro, dizer que aqueles moradores seriam colocados para fora do bairro porque aquela área seria desapropriada pelo Estado, só que, até agora, o Estado não mandou desapropriar.

E mais do que isso, os Vereadores foram lá comprar os lotes desses miseráveis que vêm do interior procurando emprego na cidade grande e acabam não conseguindo.

Foi pedido uma torneira de água por este Deputado, na presença de moradores daquele jardim, para o seu Prefeito Municipal, o Sr. Prefeito de São José dos Pinhais, nobre Deputado Airtton Cordeiro, e ele negou, não se importando com a doença, porque não tem uma criança naquele Jardim Ipê que não esteja hoje doente, e não há a mínima preocupação do grande Prefeito de São José dos Pinhais. A escola estava fechada e só abriu depois da pressão popular, a qual acompanhei, exigiram a abertura da escola. Esse é o grande Prefeito.

Tem o aparte o Deputado Airtton Cordeiro.

O Sr. Airtton Cordeiro — Muito obrigado, Deputado Nestor Baptista.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela belíssima contribuição, recentíssima, que Vossa Excelência e a bancada do seu Partido deram às obras de saneamento, negando a fiança solicitada pelo Poder Executivo, para que a SANEPAR pudesse contratar recursos e executar obras; onde as obras?

Esta foi a contribuição do PMDB, esta foi a contribuição do PTB, esta foi a contribuição da Oposição, negando ao Governo o instrumental para fazer obras, da mesma forma como há dois anos e meio, aqui em Curitiba, a Oposição negou à Prefeitura de Curitiba autorização para contratar, junto ao Governo Federal, obras que seriam executadas e foram, graças ao nosso Partido. 600 milhões de cruzeiros, a fundo perdido.

Esta é a Oposição que o Brasil tem, a Oposição que procura se comover com o sofrimento dos outros para, de vítima, buscar o voto popular. É esta a nossa Oposição.

Lamento que Vossa Excelência ocupe esta tribuna desinformado ao afirmar que Curitiba tem 30 por cento de esgotos,

quando na gestão passada, do Prefeito Saul Raiz, este percentual foi elevado a perto de 60 por cento.

Lamento que um Deputado que nega ao Governo condições de obter recursos financeiros para saneamento...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos).

A Mesa informa que o tempo do nobre Deputado na tribuna, está esgotado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, peço apenas trinta segundos para encerrar.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, pela ordem. Peço a Vossa Excelência que me inscreva em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu nem ia falar no ex-Prefeito Saul Raiz. Apenas encerro dizendo que fez de tudo para transformá-lo, Deputado Airtton Cordeiro, no mais votado aqui de Curitiba. Mas não conseguiu, inaugurando tudo quanto era obra, qualquer orelhão na cidade, mas não conseguiu, porque o povo já disse não, quando me fez mais votado que Vossa Excelência, nesta cidade.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PP, se deseja fazer uso do seu horário. (Ausente).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, requiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

A Mesa consulta o Sr. Deputado Lineu Turra, se já tem condições de assumir a 2.ª Secretaria.

O SR. LINEU TURRA — Não tenho, Sr. Presidente, não tenho.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado, que de acordo com o Regimento Interno, Vossa Excelência está presente no plenário, e esta Presidência solicita de Vossa Excelência...

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, nestas condições, solicito de Vossa Excelência uma Junta Médica para constataremos as condições reais de eu estar...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Mas a Mesa repete que Vossa Excelência...

O SR. LINEU TURRA — Estou aqui eventualmente. E Vossa Excelência é testemunha que jamais deixei de estar presente, cumprindo as minhas obrigações, mesmo quando não era 2.º Secretário. Aqui está a Casa para testemunhar, e eu não estou em condições de assumir a 2.ª Secretaria, portanto, não vou...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa fez essa referência porque Vossa Excelência é o 2.º Secretário desta Casa.

O SR. LINEU TURRA — Conheço as minhas obrigações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pelo jeito, parece que Vossa Excelência não conhece. (Faz soar os tímpanos).

(É procedida a chamada nominal).

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para que dissipemos esta dúvida, gostaria que Vossa Excelência também — me parece que o Deputado Fuad Nacfi

a chamada e não está lá.

O SR. FUAD NACLI — Estou aqui, sim senhor.

O SR. ADALBERTO DAROS — Então que assumo a 3a. Secretaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta profundamente o entendimento do nobre Deputado. Responderam a chamada nominal 36 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 71/80, que altera os artigos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa (Comissões Permanentes).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 178/80, que cria cargos de provimento em Comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 178/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, os seguintes cargos de provimento em Comissão:

- 1 - (um) cargo de Coordenador Geral de Serviço de Segurança, Símbolo DAS-5;
- 1 - (um) cargo de Coordenador Técnico da Mesa, Símbolo DAS-5;
- 2 - (dois) cargos de Assistente de Cerimonial, Símbolo 6-C;
- 1 - (um) cargo de Intérprete de Cerimonial, Símbolo 6-C;

Art. 2.º — Excetuados os cargos de Coordenador Geral do Serviço de Segurança, Assistente de Cerimonial e Intérprete de Cerimonial, os cargos de que trata o artigo anterior, são privativos de funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 3.º — Os cargos DAS-5, de provimento em Comissão, criados por esta Lei e pelos Arts. terceiro e quarto, da Lei n.º 7.395, de 24 de novembro de 1980, somente poderão ser ocupados por funcionários da Assembléia Legislativa, de nível universitário, que se submeterão ao regime de trabalho de tempo integral e que não exerçam qualquer outra atividade remunerada, efetiva ou eventual.

Parágrafo único — O cargo de Coordenador da Imprensa Legislativa, de que trata este artigo, poderá igualmente ser ocupado por funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Assembléia, portador de curso técnico de artes gráficas, submetendo-se ao mesmo regime estabelecido para os demais cargos de Coordenador.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 180/80, (Mens. Govern. n.º 83/80), que consolida as disposições tributárias pertinentes à Taxa referente ao registro do Comércio, que tem como fatos geradores os serviços prestados pela Junta Comercial do Paraná.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 180/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Esta lei regula, com base no art. 18, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, as disposições Tributárias referentes à Taxa de Registro do Comércio, observadas as normas gerais de direito tributário consubstanciadas no Título IV do Livro Primeiro do Código Tributário Nacional, bem como as responsabilidades inerentes à atividade da administração desenvolvida em consonância do o art. 60., inciso II, da Constituição Estadual, nos interesses concernentes aos serviços de registro público do comércio.

FATO GERADOR

Art. 2.º — Considera-se ocorrido o fato gerador da Taxa do Registro do Comércio quando o contribuinte utilizar serviço específico e divisível, prestado pelo Estado através de sua autarquia Junta Comercial do Paraná, ou quando tal serviço for posto à disposição do contribuinte, cujas atividades exijam do órgão de Registro do Comércio, arquivamento com a respectiva guarda, conservação e manutenção de documentos; cadastramento; publicidade; autenticação de documentos mercantis; fiscalização; bem como busca de informações cadastrais; expedição de certidões sob qualquer forma; registro de livros mercantis; identidade profissional.

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 3.º — A base de cálculo da Taxa do Registro do Comércio é a Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPFPR), fixada e atualizada conforme o artigo 30., da Lei no. 7257, de 30 de novembro de 1979.

§ 1.º — O valor da UPFPR será corrigido, em consonância com o § 2.º, do art. 97 do Código Tributário Nacional, no mês de dezembro de cada exercício financeiro, para vigorar no exercício seguinte, observados a forma e os critérios previstos nos parágrafos do art. 30., da Lei no. 7257, de 30 de novembro de 1979.

§ 2.º — O Presidente da Junta Comercial expedirá Portaria explicitando os valores da Taxa do Registro do Comércio em cruzeiros, observadas a base de cálculo vigente e as alíquotas aplicáveis, devendo ser desprezadas as frações interiores a Cr\$ 1,00 (Um cruzeiro).

Art. 4.º — As alíquotas da Taxa do Registro do Comércio são as constantes da Tabela anexa a esta lei.

Art. 5.º — Quando a Taxa do Registro do Comércio for anualmente exigida do contribuinte novo, será adotado critério proporcional de cálculo em relação aos meses restantes para o encerramento do ano civil.

SUJEITO PASSIVO

Art. 6.º — Contribuintes da Taxa do Registro do Comércio é toda pessoa física ou jurídica beneficiária direta ou potencial do serviço público ou de ato que deva ser solicitado à Junta Comercial do Paraná e por ela prestado com a observância da legislação federal e estadual editada com base no art. 80., inciso XVII, letra "e" da Constituição do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional no. 07, de 13 de abril de 1977, e no art. 50., da Constituição Estadual.

ÉPOCA DE PAGAMENTO

Art. 7.º — O pagamento da Taxa do Registro do Comércio far-se-á na ocasião em que for solicitada na Junta Comercial do Paraná a prestação do serviço ou a prática do ato.

Art. 8.º — A Taxa do Registro do Comércio será paga em estabelecimento bancário autorizado, observados os modelos de guias e os códigos de receita aprovados pela Secretaria de Estado das Finanças.

FISCALIZAÇÃO

Art. 9.º — A fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias concernentes à Taxa do Registro do Comércio compete à Junta Comercial do Paraná, na forma a ser estabelecida em Portaria do seu Presidente.

PENALIDADES

Art. 10 — A falta de pagamento da Taxa do Registro do Comércio, assim como seu pagamento insuficiente, acarretará a aplicação da multa de 100% (cem por cento) sobre o valor devido, observadas as seguintes reduções:

- I — a quarenta por cento do seu valor quando o pagamento do crédito tributário ocorrer até trinta dias a contar da notificação do lançamento;
- II — a sessenta por cento do seu valor quando, decorridos mais de trinta dias do recebimento da notificação, o pagamento se fizer até o esgotamento do prazo de recurso se o notificado não for revel;
- III — a oitenta por cento do seu valor, quando o pagamento ocorrer até sessenta dias a contar da data em que o contribuinte revel deveria integrar a instância com a reclamação.

Parágrafo único — A denúncia espontânea, formalizada nos termos do art. 138 do Código Tributário Nacional, excluirá a responsabilidade por infração, exigindo-se no ato da regularização, além da Taxa do Registro do Comércio devida, apenas a correção monetária e juros de mora.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-FISCAL

Art. 11 — As normas relativas ao procedimento administrativo-fiscal para apuração da infração, lançamento de ofício e imposição de multas concernentes à Taxa do Registro do Comércio, bem como a forma de inscrição do correspondente crédito tributário em dívida ativa do Estado e de sua cobrança, serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, observado, no que couber, o rito de instrução contraditória estabelecido na Lei Orgânica do Imposto sobre Operações relativas à circulação de mercadorias.

Parágrafo único — Caberá em primeira instância de deliberação singular e única a revisão da legalidade do lançamento de ofício.

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 12 — A Taxa do Registro do Comércio não será devolvida salvo se, paga na forma da lei, for eventualmente recusada a prestação do serviço ou a prática do ato.

Art. 13 — Na cobrança da correção monetária dos créditos tributários serão observados os coeficientes adotados para a atualização monetária do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Art. 14 — O termo inicial para cálculo da correção monetária da Taxa do Registro do Comércio, bem como para a contagem dos juros de mora a um por cento ao mês, não capitalizáveis, será o mês seguinte ao que ocorrer a infração.

Parágrafo único — A multa será calculada sobre a Taxa do Registro do Comércio monetariamente atualizada.

Art. 15 — Observado o disposto no art. 33 da Constituição do Paraná, fica mantida em relação à Taxa do Registro do Comércio a sua destinação específica e vinculada prevista Lei no. 7039, de 19 de outubro de 1978.

Art. 16 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1.º de janeiro de 1981.

Art. 17 — Ficam revogadas as disposições em contrário e especialmente as da Lei no. 5467, de 12 de janeiro de 1967.

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DO REGISTRO DO COMÉRCIO

Base de cálculo: UPF PR vigente no exercício *

CLASSIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS %
1.	ARQUIVAMENTO OU REGISTRO	
	O arquivamento dos atos constitutivos, modificativos e extintivos de sociedades comerciais, cooperativas ou de firmas individuais e quaisquer outros atos e documentos sujeitos a arquivamento ou registro.	

MOVIMENTO DE CAPITAL EM UPF PR

1.1.	Sem movimento de capital	3
1.2.	Até 3	7
1.3.	Acima de 3 a 5	11
1.4.	Acima de 5 a 7	14
1.5.	Acima de 7 a 12	22
1.6.	Acima de 12 a 17	26
1.7.	Acima de 17 a 24	30
1.8.	Acima de 24 a 116	44
1.9.	Para cada 116 excedentes (até o máximo de 928)	20
2.	CADASTRO	
	Inscrição de firma individual, sociedade comercial ou cooperativa	4
3.	PUBLICIDADE	
	Por documento	0,6
4.	AUTENTICAÇÃO	
4.1.	Documento (por via)	0,3
	Observação: Cada via de documento excedente a quatro é considerada certidão fornecida pela Junta Comercial, aplicando-se por sua autenticação as alíquotas previstas no subitem 6.2. desta Tabela	
4.2.	Livro Mercantil	
	Até mil folhas	3
	Acima de mil folhas	6
5.	FISCALIZAÇÃO	
	Armazéns gerais (anualmente)	
	Por estabelecimento	23
6.	CERTIDÕES	
6.1.	Datilograda em breve teor (por unidade)	
	certidão para criação de estabelecimento, transferência de sede	2,3
	certidão simplificada; de inexistência de nome comercial; para registro de nome comercial; de situação atual; outras certidões em breve teor	1,2
6.2.	Fotocopiada ou datilograda em inteiro teor (por unidade)	
	Atos de assembléia de constituição, transformação, incorporação, cisão, conjunta; outras atas de assembléias ordinárias ou extraordinárias; alteração de contrato de cisão	2,3
	Atas de reunião de diretoria, de conselho de administração; contrato, alteração e distrato social; instrumento de criação de estabelecimento; documentos de armazéns gerais; inscrição no cadastro nacional	1,2
	Registro de declaração de firma, anotação, proteção de nome comercial, carta patente, alvará, emancipação; arquivamento de procuração; outras certidões fotocopiadas ou datilogradas em inteiro teor	0,6

Observação: Fotocópia de extrato de ata terá uma redução de 50% do valor da alíquota

7. CARTEIRA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL
Cada carteira 5
8. BUSCA OU CONSULTA 0,5

* para 1981, a UPF PR é de Cr\$ 4.340,00

Sala das Comissões, em
(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente
AUGUSTO CARNEIRO, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 187/80, (Mens. Govern. n.º 90/80), que objetiva atualizar o valor da cobrança da Taxa Judiciária conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 187/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Reaivalda as isenções, a Taxa Judiciária a que se refere o Decreto-Lei n.º 962, de 23 de abril de 1932 será calculada e cobrada mediante a aplicação da alíquota de sessenta por cento sobre a UNIDADE-PADRÃO-FISCAL do Paraná, estabelecida e atualizada conforme o artigo 3.º, da Lei n.º 7.257, de 30 de novembro de 1979.

Parágrafo único — Quando o feito ou processo que tiver ingresso na JUSTIÇA ESTADUAL representar valor inestimável ou equivalente a até duzentas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a Taxa Judiciária será paga com a redução de oitenta por cento, desprezadas as frações de dez cruzeiros.

Art. 2.º — Ficam revogados o artigo 4.º e as demais disposições em contrário do Decreto-Lei n.º 962, de 23 de abril de 1932 e o artigo 17, da Lei n.º 2.907, de 15 de outubro de 1956.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1.º de janeiro de 1.981.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1.980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente e Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 188/80, (Mens. Governamental n.º 91/80), que institui verba de representação de quinze por cento sobre o vencimento básico do cargo, aos ocupantes de cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— (COM EMENDA DE PLÊNÁRIO).

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva n.º 3, de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, devidamente apoiada, constante do expediente.

Em discussão a emenda.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É necessário que se ressalte, na discussão desta Mensagem 91/80, datada ainda de 15 de dezembro, portanto, já a meio caminho do período extraordinário para o qual foi convocada a Assembléia Legislativa do Paraná, quase que num ato de levar este Poder Legislativo a endossar, pura e simplesmente, a posição assumida pela Chefia do Executivo, quando apenas uma categoria profissional, num ato dos mais legítimos, de pressão social que se possa exercer sobre os detentores do Poder.

Entretanto, esta Casa, desde a semana passada, vem relutantemente discutindo esta Mensagem.

A Mensagem original propõe um percentual de 15 por cento de verba de representação sobre o vencimento básico do cargo, aos ocupantes do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça.

E recebe, em reunião de emergência, das Comissão de

Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, pareceres favoráveis.

Paralelamente, a Liderança do PDS apresenta uma emenda de Plenário, alterando esse percentual e o elevando para vinte e cinco por cento.

Foi gerado um impasse, também de Plenário, jogando a discussão de 5a. feira passada, Sr. Presidente, para sexta, para sábado, e dando a impressão de que as oposições, com assento nesta Assembléia, estariam de pleno acordo em posição contrária a este benefício que o Executivo pretende conceder nesta Mensagem.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estes últimos anos da década de 70 e iniciamos a década de 80 sob os mesmos auspícios, colhendo claramente os frutos de um sistema autoritário que pretendeu privilegiando determinados setores da sociedade, principalmente os detentores do grande capital, estabelecer um modelo político e econômico, onde exatamente as classes trabalhadoras e aqueles que sobrevivem em razão de uma remuneração mensal, passaram a ser os carregadores do andor.

Assim, no ano de 1979, os tecnocratas instalados nas camadas de poder e servindo também àqueles que detêm o comando dessa estrutura de Poder, estabeleceram um percentual pouco superior à casa dos 40 por cento, de reajuste salarial.

Entretanto, já as estimativas mais otimistas faziam os índices de desvalorização da moeda e perda do seu poder aquisitivo beirar a casa dos 87 por cento, dando uma evidente defasagem entre o que realmente percebia quem tinha a sua remuneração mensal e os índices propostos pelo Executivo.

Inicia-se, Sr. Presidente, a década de 80 e com ela a inflação brasileira, acaba por atingir o terceiro dígito. E passa, e passa bem, e passa bastante, da casa dos 100 por cento.

Temos agora índices acumulados nos últimos 12 meses de cerca de 121 por cento.

E já em dias anteriores, Sr. Presidente, enquanto os técnicos da extinta Secretaria das Comunicações, a famigerada CECON, enquanto os técnicos da Secretaria do Planejamento propunham para o funcionalismo civil da União, índices inferiores mais muito inferiores aos mais otimistas manipulados e fabricados índices de correção monetária, de inflação e desvalorização, no mesmo instante, reunia-se o Clube das Nove, no Palácio, com as figuras mais expressivas dos funcionários militares da União e dizem os periódicos que o Governo Federal concederá índices de 121 por cento de reajuste para as Forças Armadas.

Agora a Mensagem 91/80 consubstanciada no Projeto de Lei n.º 188/80, também atenta provavelmente a esses índices crescentes e escalonados e acumulados, vem propor uma verba, um índice de 15 por cento a título de verba de representação.

A Bancada do PDS propõe uma alteração desse índice de 15 para 25 por cento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados não devemos discutir os valores, não devemos discutir os índices porque somados aos cerca de 70 por cento de 1.º de janeiro, nós ainda estaremos muito aquém dos índices reais de corrosão monetária brasileira.

Não se diga portanto, que as oposições não pretendem e não desejam que haja uma efetiva equiparação entre o "quantum" da corrosão monetária e os níveis salariais.

E é realmente, Sr. Presidente, um fato auspicioso para a sociedade civil, a forma e a maneira como fulminantemente o Executivo manda esta Mensagem para o Legislativo em pleno período extraordinário.

É auspiciosa a forma porque vem a demonstrar claramente que o tratamento dispensado à sociedade civil nesses 17 anos de autocracia vigente, de arrocho salarial, de pressão sobre aquele que vive da locação da sua mão-de-obra ou da prestação de serviços com remuneração determinada mensal.

Foi acima de tudo, um arrocho arbitrário, injusto e antidemocrático.

Daí quem sabe, Sr. Presidente, entender-se claramente a rebelião social que assistiu Curitiba na segunda quinzena de novembro do ano passado, quando milhares de peões da construção civil, abandonaram a Cidade Industrial, abandonaram o setor Sul de Curitiba, e vieram numa verdadeira marcha de panela vazia, para a sede do seu sindicato, a exigir então apenas o cumprimento da lei que era do reajuste semestral do salário mínimo.

Daí porque, Srs. Deputados, teremos melhores condições de entender o movimento "Educação e Justiça", que a categoria profissional dos trabalhadores da educação fizeram primeiro no início do semestre, como uma parada para a reflexão, acompanhados pela União Nacional dos Estudantes, que também pararam para refletir por três dias e depois em seguida, a 08 de outubro, todo o Estado do Paraná, em todas as suas regiões fisiográficas ou geo-econômicas, conheceu, Sr. Presidente, o surgir do movimento Educação e Justiça.

E a sociedade civil aprendeu a reivindicar. Melhor dizendo, a sociedade civil está aprendendo, reaprendendo, retomando o exercício da reivindicação. Uma prova evidente, muito clara, de que a noite negra e tenebrosa de 16 anos de obscurantismo, de repressão e de arbitrariedade, está chegando ao seu fim.

Se pudéssemos, entretanto, estabelecer uma figura geométrica para o funcionalismo público deste Estado do Paraná, escolheríamos como em Ciências Sociais se escolhe a pirâmide, como a sua exemplificação. E quando o vértice da pirâmide, Srs. Deputados, também se associa às reivindicações de base, é uma prova evidente de que toda aquela balela de "Brasil Potência", "Potência Emergente", "Potência Nuclear", é balela para embalar os sonos utópicos do Sr. Delfim Neto, do General Golbery e de toda a hospedagem que tomou conta do Palácio do Planalto e tomou conta, Sr. Presidente, da estrutura de Poder deste País.

Não podemos, entretanto, pura e simplesmente, aceitar apenas o atendimento ao vértice da pirâmide. É preciso que entendamos que dentro deste modelo político, implantado pela força, por ela e pela repressão, mantido pela castração e pela marginalização de tantas e tantas categorias profissionais, de tantos e tantos segmentos sociais, não é possível que este quadro seja analisado apenas pelos seus detalhes, apenas por pontos que mais chamem a atenção e façam com que os nossos olhos se voltem para eles.

É preciso que se entenda que a luta pela melhoria da qualidade de vida não é uma luta apenas dos beneficiários propostos na Mensagem 91/80, que os benefícios não sejam concedidos apenas para os beneficiários enquadrados no Projeto de Lei número 188/80.

Se houve uma defasagem — e realmente houve —, se existiu um esvaziamento — e realmente existiu —, isso ocorreu não apenas nos rendimentos dessa categoria que se visa beneficiar, mas para todos os assalariados dentro desse panorama.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as Oposições, representadas pelo PMDB, pelo PTB, apresentam uma Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei número 188/80.

(Lê a Emenda número 03).

Sr. Presidente, dentro deste quadro, sob o enfoque da generalização do reconhecimento de que todo funcionalismo civil e militar, em exercício ou na inatividade, sofre, na própria carne, os rigores e os efeitos de uma política econômica elitizante e privilegiante, que são consequências do presente modelo social.

Por entender assim, Sr. Presidente, estamos encaminhando, discutindo e defendendo essa emenda que, acima de tudo, atende aos ditames da justiça social. Porque, Sr. Presidente, vivemos neste limiar da década de 80, uma crise que se apresenta muito séria. As instituições que aí estão não correspondem, efetivamente, aos anseios da sociedade nacional.

Tivemos uma violenta mudança no processo social e político brasileiro, na noite de 31 de março de 1964. Deixamos de ser um País eminentemente agrícola para ter uma população com tendências fundamentalmente urbanizantes. Porque, nossos camponeses estão sendo tangidos dos campos não porque desejassem perder sua identidade cultural, acumuladas no decorrer dos séculos e dar um passo específico dentro da cultura nacional, fazer parte também da grande memória nacional.

Entretanto, um modelo concentrador como o que aí está não atende aos princípios básicos que ora o País apresenta, e se desenvolve na exata proporção.

E o resultado aí está.

Aí está a Igreja na sua Campanha da Fraternidade, a pedir minutos de reflexão para o problema da migração, maior que a América Latina já conheceu.

São 40 milhões de migrantes que mudam o panorama regional e transformam as linhas culturais, micro e macro regionais. Mas, acima de tudo, Sr. Presidente, está a vergonha de que este País não é capaz de alimentar um terço da sua população, enquanto que nossos governantes estão preocupados com o faraonismo das Transamazônicas, da ponte Rio-Niterói, dos Acordos Nucleares, da Ferrovia do Aço, como se fôssemos potências emergentes do Século XXI, mas não somos capazes, no entanto, nem de diminuir o número de menores abandonados e desassistidos desta terra, mostrando, como se vê, que esse modelo que aí está não tem correspondido aos anseios do povo, e que o Governo tem sido incapaz e incompetente.

Se incapaz e incompetente foi para ao menos equacionar o problema do menor carente, fruto privilegiado de uma urbanização acelerada, de um modelo econômico privilegiante e conseqüentemente artífice de um modelo social, Sr. Presidente, a fazer com que as grandes massas sejam cada dia mais marginalizadas. Foi incompetente e é incompetente e é incapaz para resolver o problema de cerca de 16 milhões de irmãos nossos, deficientes físicos ou deficientes mentais ou deficientes físicos e mentais, agravando ainda mais o leque paisagístico do quadro social brasileiro.

Foi incapaz e é incapaz, foi incompetente e é incompetente, Sr. Presidente, para dar o idoso deste País, uma perspectiva de um final feliz de vida, tratando os nossos velhos que, já no plano biológico são privilegiados porque escaparam dos altos índices de mortalidade infantil, escaparam dos altos índices de evasão escolar, porque escaparam dos altos índices de incidências, de endemias e epidemias, porque escaparam dos maus tratos dos Institutos de Previdência e, portanto, o idoso deste País, teria que ser considerado um privilegiado, mas é penalizado e castigado como se fosse uma carga incômoda para toda a sociedade. E quando nós vemos isso, entendemos plenamente as razões que levaram os autores da reivindicação a fazê-la diante do Executivo.

Entendemos as razões do Executivo ao propor este projeto. Não entendemos entretanto porque teremos e tivemos que discutí-lo como se isto fosse novidade, como se a urgência tivesse aparecido. Sr. Presidente, a partir do dia 15 de agosto, como se não fossem já 17 anos em que os assalariados deste País estão sendo oprimidos e massacrados.

Lembro-me da colocação que faz Paulo Freire, quando diz na sua "Pedagogia do Oprimido", que muitas vezes o oprimido manipulado, domesticado pelo opressor, acaba finalmente por se enquadrar dentro do molde do opressor e passa por sua vez, Sr. Presidente, a também oprimir os seus irmãos oprimidos. E isto não acontecerá, não aconteceu, não está acontecendo e não vai acontecer jamais com a Bancada do Partido do PMDB.

Nós todos, Senhores integrantes da Mesa, nós todos fazemos parte das classes oprimidas. Sabemos claramente quem são os opressores, mas é preciso, é fundamental, é básico, é necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não nos envol-

vamos agora a ideologia e nesta sessão, a permitir o envolvimento pela ideologia da opressão.

Se aceitarmos que um benefício justo, correto, seja concedido apenas a um pequeno parcelamento do funcionalismo do Estado, Sr. Presidente, então sim estaremos no dizer de Paulo Freire, a nos envolver e a assumir a ideologia do opressor.

E o que diremos amanhã, no decorrer do ano de 1981, às centenas de outras parcelas e de outras categorias do funcionalismo do Estado do Paraná, quando a uma damos 70 mais 25 e à outra apenas 70 por cento?

Reconhecemos o direito do vértice, mas fechamos os olhos para a base da pirâmide.

Não me consta, Sr. Presidente, parece ser figura de linguagem dizer aqui que os bens necessários ao consumo valem a mesma coisa para quem ganha muito, dentro claro do quadro geral, do que para quem ganha pouco.

Não entendemos outra maneira de encaminhar esta Proposição 91/80.

Não entendemos outra filosofia que não seja a da justiça, ampliada e reconhecida a todo e qualquer integrante, por mais humilde, por mais inferior que seja a sua remuneração no quadro funcional, mas é preciso que esta medida tenha um alcance universal.

Foi por entender assim, foi por entender desta maneira, que a Bancada do PMDB, com a manifestação da Bancada do PTB, não deu trânsito à votação da matéria na última sexta-feira, não o fez no último sábado.

A Oposição está disposta a dar trânsito a esta matéria, Sr. Presidente, e faz com toda a lisura, com toda a sinceridade, uma proposta à bancada governista: que repentinamente, digo repentinamente porque veio à minha lembrança a posição radical por ela assumida, quando da apreciação do movimento Educação e Justiça, digo repentinamente porque casualmente me recorde da posição de intransigência, de rigor, e de pouca disposição para o diálogo, quando deflagrado por 40 dias na Universidade Estadual de Maringá o movimento de reajuste salarial e de justiça, digo repentinamente porque não posso esquecer do rigor com que os detentores da estrutura do Poder se colocaram diante do movimento reivindicatório dos suinocultores paranaenses.

Mas já que repentinamente esta bancada resolve conceder mais do que o pedido, conceder mais do que o solicitado, conceder mais do que o encaminhado, alterando a mensagem original de 15 para 25 por cento, creio que os eflúvios natalinos possam estar também tendo uma influência muito grande neste "conceder mais do que o pedido", "dar mais do que o encaminhado, do que o solicitado".

Neste mesmo sentimento de fraternidade, entendemos que a bancada oficialista, que já perdeu a intransigência do movimento Educação e Justiça, que perdeu o rigor do movimento Produção e Justiça, que não tem mais a impetuosidade de bloqueio das diversas fundações que aí estão pelo interior, estão agora em bom caminho.

E por estarem no bom caminho, vão também assinar, junto com as bancadas de Oposição, com o PTB, com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, esta emenda substitutiva que estende a todos os funcionários civis e militares e aos inativos, os benefícios que até então, talvez por uma inadvertência dos Srs. Deputados, engajados à política oficialista do Executivo, tenham se esquecido de estender estes mesmos benefícios a todos os funcionários.

E aprovando esta mensagem, Sr. Presidente, não apenas os Desembargadores, não apenas os beneficiados por esta Mensagem 91/80, mas todos os funcionários civis, militares e inativos, vítimas todos por igual, de um modelo privilegiante, concentrador, elitista mas, acima de tudo, de um modelo autoritário e arbitrário de Governo que marginalizou grande

parte da Nação brasileira, e que foi o responsável pelo grande divórcio entre a Nação e o Estado, finalmente, possamos, neste instante, nesta véspera de comemoração de Natal, possamos fazer justiça para todos aqueles que prestam seus serviços à causa pública do Paraná.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados, inclusive Deputados que se encontram em seus gabinetes.

Ontem, dizíamos das estreitas bitolas em que se encontram os mais de 80 mil funcionários públicos do Estado, especialmente, a sua maioria de 60 por cento que se encontra um pouco acima do salário mínimo.

Outra, Sr. Presidente, não é a situação em que se encontram, de resto, os outros setores menos privilegiados deste País e que compõem a esmagadora maioria.

E por esta razão, quando chegamos ao mês de dezembro, sentimos, e os dados estão a confirmar, conforme estatísticas computadas, que este mês, graças ao décimo terceiro salário, o brasileiro se alimenta melhor.

E é lógico, estamos falando do operário, do trabalhador, do vinculado à CLT, brasileiros se alimentam melhor no fim de ano, e as calorias melhor saem do décimo terceiro salário.

A afirmação não é aleatória, porque ficou comprovado em pesquisa feita pelo DIESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico — mostram ser dezembro o mês mais adequado, em termos nutricionais, em relação aos outros meses do ano.

Diz Walter Barelli, diretor-técnico do Departamento de Pesquisa: "Dezembro, para o operariado é a salvação. A deficiência é comer e o trabalhador come melhor com o décimo terceiro salário."

E essas pesquisas comprovam que o assalariado não vai, necessariamente, consumir mais eletro-domésticos, como muitos pensam, nem atender aos apelos publicitários feitos para o consumo de bens supérfluos, porque, aparentemente, têm mais dinheiro.

Segundo o mesmo diretor, dezembro com o décimo terceiro salário e agosto com o PIS, representam, para o operário, meses de folga.

"Podemos chamar esses períodos como suspiros da classe operária."

"E com esse dinheiro que o trabalhador come melhor, ainda consegue pagar o aluguel e outras contas atrasadas e até mesmo dar entrada para o início de outras prestações."

Walter Barelli mostra que o consumo existe em função da renda e esta é a grande limitação do assalariado.

E com os constantes aumentos do custo de vida, fica cada vez mais restrita a participação no mercado de bens a consumir.

O custo de vida da família assalariada, o custo de vida do funcionalismo público também, inserido neste quadro, apresentou, em outubro, um aumento de 7,88 por cento, como ponto de referência São Paulo.

E nesse mês de outubro, as famílias de menor poder aquisitivo, com renda inferior a 15 mil, 850 cruzeiros, foram penalizadas com um aumento maior de 8,5 por cento, devido, principalmente à elevação dos preços de alimentação, que é o que mais pesa no orçamento familiar."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há que mudar quase nada este quadro pesquisado e estudado pelo DIESE com o que

se encontra hoje o 60 por cento a mais até do funcionalismo público do Estado.

"Considerando os 12 meses: 11/79 e 11/80, o DIESE avaliou um aumento de 89,3 por cento no custo de vida, mas, Sr. Presidente, pelo Decreto-Lei 399 que instituiu em 1.938 o salário mínimo, ficou determinado que ele levaria em consideração o valor de uma ração essencial, ou seja, a quantidade mínima de alimentos indispensável para um trabalhador adulto viver.

Mas, Sr. Presidente, é nesse instante quando nós repetimos, porque é preciso repetir, porque às vezes a repetição é necessária.

Se nós temos uma maioria da categoria do funcionalismo público do Estado recebendo um pouco acima do salário mínimo, seria até dispensável fazer essa introdução que fiz, mas se a fizemos, tem como objetivo, o objetivo principal de casar aqui essa premissa com a conclusão e fomos buscar para o argumento principal nessa discussão da matéria das emendas que estamos encaminhando e que estão aí para discussão, que a situação do funcionalismo seria a mesma do operariado, e se o mês de tirar a barriga da miséria, conforme o próprio operário diz, é o mês de dezembro, nós precisamos somar esse problema até imediato a uma proposta mais concreta que o Estado do Paraná tem em mãos, através do plano de Governo Ney Braga quadriênio 80/83."

Sr. Presidente, o plano de Governo do General Ney Braga na sua apresentação traz um quadro que é muito importante e que nós possamos assumir, Deputados de todos os partidos e paranaenses de todos os cantos, porque está inserido na apresentação do plano de Governo, toda a diretriz básica que objetiva o atual Executivo.

E à certa altura da apresentação, diz o General Ney Braga: "esse trabalho contém a participação de centenas de pessoas representativas e expressivas da nossa sociedade, que contribuíram decisivamente para identificação das expectativas e aspirações do povo paranaense, centro de gravitação das diretrizes globais do nosso Governo, agora detalhadas nesse plano norteador da ação estadual, durante a sua gestão."

E diz o General Ney Braga: "as diretrizes globais que polarizam o planejamento, aqui delineados são, e tomo a liberdade de transmitir ou relembrar a primeira grande diretriz - "a primeira diretriz consiste essencialmente no aumento da renda real pessoal, quer através do estímulo à geração de empregos a todas as áreas produtivas da melhor capacitação profissional, do desenvolvimento industrial, do apoio ao pequeno produtor rural e à agricultura comercial, quer pelos benefícios resultantes da ampliação da oferta de serviços, como os da educação, assistência médica e hospitalar, saneamento e nutrição."

Ora, Sr. Presidente, o Governador nessa introdução do seu plano de Governo, assume como a primeira grande diretriz entre as diretrizes globais, exatamente a ampliação da oferta de serviços, como os de educação, saneamento, nutrição, assistência médica e hospitalar e o aumento da renda real, pessoal do paranaense.

Sr. Presidente, só isso bastaria para nós abandonarmos a tribuna e aguardarmos que os Deputados, mesmo os que estão nos seus gabinetes, assumissem a introdução e o plano de Governo de Ney Braga, ao menos agora que já estamos na metade dele.

Se não o fizeram até agora, está na hora, porque o mesmo, a mesma introdução traz uma conclusão clara, embora diversificado por meio de vários objetivos dentro de cada diretriz, o General Ney Braga diz:

"O plano segue a orientação básica de colocar sempre o interesse humano acima de quaisquer outros fatores."

A pessoa antes dos equipamentos, as pessoas antes das cifras, as quais serão conseqüentemente projetadas a partir da pessoa e em função das suas necessidades".

Será, Sr. Presidente, que é retórica? Ou como alguns programas partidários que existem no texto e não na prática ou como alguns que defendem o povo, mas o povo não vê o resultado da defesa e diz o mesmo Governador na introdução do seu plano de Governo do quadriênio 80/83.

"A partir desse enfoque de colocar o homem acima de tudo, o planejamento vale primordialmente sobre os valores sobre os quais é estruturado, além da qualidade técnico-formal já que o desenvolvimento econômico só se justifica na perspectiva mais ampla do desenvolvimento social.

O objetivo maior do nosso Governo é trabalhar planificadamente em favor dos que vivem no Paraná, partindo do pressuposto de que os valores básicos a consolidar dizem respeito à vivência solidária de uns para com os outros e aos direitos inalienáveis e irrenunciáveis de cada um: existir com dignidade, conviver com iguais oportunidades sob o império da lei, livres do medo e da indigência. Parece até texto revolucionário, Sr. Presidente, e ora, Sr. Presidente, isso me faz lembrar de muitas filhas de Maria que "com calos nos joelhos, saem da Igreja a fococar a cidade."

Está aí a oportunidade de nós assumirmos na prática. Que o objetivo básico do Governo do Estado é efetivamente de que os valores básicos a consolidar dizem respeito à vivência solidária e principalmente o respeito aos direitos inalienáveis e irrenunciáveis: "existir com dignidade".

Por acaso os Srs. Deputados que irão votar daqui a pouco, após o acionar estridente da campanha, os Srs. Deputados assumirão o "existir com dignidade" do paranaense? O "conviver com iguais oportunidades" do funcionalismo público?

Agrão sob o império da lei, "livres do medo e da indigência" que deve ser dos Deputados e que deve ser também do funcionário mais simples, como deve ser de todos os paranaenses, mas deve ser inclusive dos "bóias-frias", que somos um dos estados campeões dessa categoria marginalizada.

Sr. Presidente, isso quer o Governo Ney Braga, segundo a sua planificação.

Será, Sr. Presidente, que quer mesmo?

Vamos ver a seguir.

Vamos ver logo mais.

É fundamental que não sejamos instrumentos da injustiça que é filha legítima da guerra e se a paz é a verdadeira mãe da própria justiça e vice-versa, nós precisamos, neste instante, Sr. Presidente, assumir como Deputados do PDS, do PTB, do PP, do PMDB, assumir a nossa condição e aproveitar esta oportunidade que temos de dizer ao Governador Ney Braga que aceitamos o seu plano de Governo, ao menos que coloque como introdução séria a diretriz global maior, que é a promoção social do homem.

Ora, Sr. Presidente, o Paraná tem características que todos conhecem, mas que pretendo ressaltar ao final da minha presença na tribuna, são características peculiares do Estado do Paraná, exatamente pra justificar a emenda proposta pelas oposições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ninguém ignora, somos um Estado agrário, com a maior parte da população no campo, ainda. Um Estado cuja industrialização é mínima e onde o Estado tem uma presença ampla e significativa em todos os aspectos da vida social, política e econômica.

Este quadro peculiar explica, de certa forma, a parcela significativa de funcionários públicos no conjunto da mão-de-obra ativa no Estado.

E como é significativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a parcela de funcionários públicos no conjunto da mão-de-obra ativa no nosso Paraná.

Portanto, quando falamos em aumento de salário para o funcionalismo público estadual, estamos falando em aumento salarial para uma boa parte dos trabalhadores urbanos do Paraná.

Estamos falando da necessidade de uma distribuição da renda mais justa entre os trabalhadores urbanos do Estado.

É com este propósito que o PMDB teve esta iniciativa e encaminhou a emenda propondo a extensão do benefício de aumento salarial de 25 por cento para o conjunto dos funcionários públicos do Estado.

Lembrando, Sr. Presidente, que os operários, os professores e todos os servidores merecem o mesmo tratamento para que ele seja justo, embora a tradição tenha demonstrado o contrário.

Como na sociedade, entre os servidores públicos, observa-se a mesma concentração de renda.

E sabe-se que uma pequena faixa percebe altos salários, enquanto a maioria vive com a insignificância já referida.

O Governo executa, com a sua política direta de salários, a mesma que propõe para o conjunto da sociedade que, sabemos, é injusta, desumana e, porque não dizer, arbitrária.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em se tratando de um projeto que inclusive beneficiará a Justiça, os Administradores da Justiça neste Estado, mas para ser justa, uma lei deve atender todos os interessados e, portanto, não só uma parcela que vê a possibilidade de ter atendidos os seus interesses, embora há o interesse social mais amplo e este também precisamos atingir; para ser justa, uma decisão não pode refletir apenas a capacidade de barganha que o segmento social possa ter, para ser justa, uma decisão não pode sofrer sob o poder de pressão daqueles que já têm força e pode realizar, com dignidade, e até para isto tem obrigação, a defesa em causa própria.

Devemos ver o conjunto de interesses, a aspiração da maioria, para depois decidir sobre o que tratamos, sob pena de sermos acusados amanhã de parcialidade. E o Legislador, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabem todos os Parlamentares, têm como primeiro princípio a imparcialidade, ou será um mau legislador, como tem o Juiz o princípio básico da imparcialidade ou será um mau Juiz.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defendemos aqui 25 por cento de aumento a todos os funcionários públicos do Estado, sem exceção.

O natal é de bolso vazio para o brasileiro. É óbvio que mesmo os 25 por cento extensivo a todo o conjunto dos funcionários públicos do Estado, ainda não é necessário, mas, é um aceno no caminho da melhor justiça social, porque sabemos, Sr. Presidente, e sabem os Srs. Deputados, e é isso que me deixa neste instante, estarecido, pela passividade diante do problema.

Sabemos que a maioria dos funcionários públicos, mesmo nesse período, dribla com uma bola de plástico, o desejo do filho, que pedira uma bicicleta de corrida, ou um trenzinho elétrico que vira na vitrine.

É fundamental, que talvez possamos refletir até com emocionalidade, porque aí do político que não tem emoção, primeiro, não será nem político.

Segundo, perdeu até a condição humana de palpitação das necessidades de todos e de cada um.

Ora, Sr. Presidente, nós insistimos, porque esse Poder poderia dar a sua demonstração de poder como aqui já se fez referência anteriormente.

O Governo do Estado, teria em suas mãos esse poder de conceder ou não, me parece que isso precisa ficar inserido no poder de convencimento de cada um de nós.

E essa maleabilidade de aplicar de um a vinte e cinco por cento que poderá ser dentro de um processo também de parcialidade, mas, ora, Sr. Presidente, como ficaríamos nós todos, diante deste quadro e sem outro objetivo, porque já foi muito discutido isso, sem analisar o problema discriminatório, privilegiador, elitista, do projeto que aí está, mas porque não então, aproveitarmos esta chance e olharmos uma expecta-

tiva de um pouco mais agrado. A ampla massa do funcionalismo público do Estado, esta é sem dúvida, a vontade que está posta na introdução do plano do Governo Ney Braga, e nós poderíamos agora, ampliar portanto, esta disposição na peça vestibular deste quadro, e portanto, aplicarmos para que possamos enfrentar aqui, agora, todos os setores do conjunto dos funcionários públicos, de cabeça erguida, o desejo de fazermos também mais justiça social nesta Casa.

Tem o aparte o ilustre Líder do PDS nesta Casa.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência e lamento neste instante, interromper o pronunciamento de Vossa Excelência, que faz jus mais uma vez, à capacidade que tem Vossa Excelência de convencimento.

A atuação de Vossa Excelência nesta Casa, realmente, apesar de ser Deputado de primeiro mandato, tem impressionado a todos, inclusive a imprensa com muita justiça, outorgou a Vossa Excelência o título de Deputado do Ano.

Nós nos associamos nesta oportunidade pela primeira vez, à imprensa, para felicitá-la pela justeza da escolha.

Mas, Vossa Excelência pensa de uma forma que não é a forma que pensa a maioria da Casa, e Vossa Excelência democrata como é, tem que aceitar a verdade dos fatos, a evidência dos fatos.

Vossa Excelência não pode pretender ser o único, com mais três ou quatro companheiros da bancada de Vossa Excelência pretendem ser os únicos, certos no exame e no enfoque desta questão.

Vejamos Vossa Excelência que o Governo do Estado concedeu um aumento salarial ao quadro do funcionalismo público, superior aos índices fixados pelo Governo Federal, que anunciou oitenta por cento mas que na realidade, ele, dado em duas parcelas, em duas etapas, a primeira por 4 meses, a segunda por oito meses, no final, resulta em apenas 66,48 por cento, o Governo do Estado deu 70. Após a aprovação da autorização legislativa para a concessão do aumento, nós vimos explodirem movimentos setoriais, do funcionalismo público.

Alguns segmentos do funcionalismo público do Estado, pleitearam mais, foi o caso dos professores.

O Governo do Estado, entendeu. Esta Casa através de autoria de todos os Srs. Deputados inclusive, emendou a Mensagem governamental, reajustando o valor das aulas.

Portanto, há um precedente com relação à emenda que a Casa aprecia hoje em terceiro turno.

Após esse fato nós vimos movimentos, também isolados, da Polícia Civil, e da Polícia Militar.

O da Polícia Militar muito mais grave, porque gerou até uma quebra de disciplina hierárquica dentro da corporação, e o Sr. Governador do Estado, coerente com o seu programa de Governo, deixando de lado, possíveis melindres feridos na sua autoridade, encaminhou a esta Casa, mensagens também emendadas neste Poder, inclusive, pelo nobre Deputado José Tavares, da bancada de Vossa Excelência, concedendo a reivindicação pedida pela Polícia Militar, atendido "in totum" as solicitações da Polícia Militar do Estado, idem com relação à Polícia Civil.

A Casa aprecia hoje, uma Mensagem governamental concedendo uma majoração na representação do Poder Judiciário, Tribunal de Contas, Procuradoria do Estado, são segmentos da sociedade que tanto Vossa Excelência fala.

Porque pretender, é utópico pretender uma igualdade de classe, Vossa Excelência fala que o Paraná é um Estado agrícola, que tem a sua economia calcada na agricultura porque é incipiente, o nosso desenvolvimento industrial.

Exatamente por isso, é que o Tesouro do Estado se comporta de acordo com o comportamento da agricultura que está sujeita a fatores adversos ou favoráveis, fatores climáticos.

Às vezes, uma sobra de caixa não significa disponibili-

dade permanente, para ser inserida num contexto de um aumento permanente de vencimentos, que terão que ser pagos a cada trinta dias.

Então, é evidente, que o Governo só deve contar com a Receita Tributária, com a receita estimada no Orçamento do Estado.

Por esta razão, a emenda proposta pela nobre bancada de Vossa Excelência, embora reconheçamos a justeza de propósito, a nobreza de sentimentos da Bancada da Oposição, é evidente que a nossa bancada não poderá aceitar porque nós conhecemos, efetivamente, a situação do Tesouro do Estado, nós conhecemos e votamos há poucos dias, a Proposta Orçamentária do Governo e sabemos que o Governo chegou onde podia chegar, sabemos que se o Governo mandou esta mensagem é porque existe uma verba própria de representação do Poder Judiciário. Que não pode ser confundida com verba de pessoal, é uma verba própria de representação que poderá ser majorada, reduzida, de acordo com as necessidades momentâneas e através de autorização legislativa. Ao passo que a emenda, proposta pela nobre Bancada da Oposição, ela além de ser tecnicamente, inviável, ela é absolutamente inócua, porquanto a Lei n.º 6537, de 15 de maio de 1.974, no seu Artigo 8.º, diz o seguinte:

"Fica o Poder Executivo, autorizado, a sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, reajustar, por decreto, não só os vencimentos como também as representações, serviços extraordinários etc., etc."

Essa a razão, Sr. Deputado, que a nossa bancada não pode, não é desejo de alguns Deputados, integrantes de nossa bancada de votar favoravelmente à emenda. Todavia, as evidências da situação do Tesouro do Estado nos aconselham a rejeitar essa emenda.

Agora, isso, nobre Deputado, é que motivou meu aparte, não pode ser interpretado por Vossa Excelência como foi feito, "com passividade da Bancada da Maioria", não é passividade. Temos os mesmos sentimentos que Vossa Excelência, apenas temos os pés no chão. Porque, temos a responsabilidade de apoio às medidas legislativas do Governo. E a Oposição tem um papel a cumprir, além de fiscalizar os atos do Governo. O papel principal da Oposição é político. É justamente se tornar agradável aos segmentos da sociedade, principalmente, da nobre classe do funcionalismo público, e apresentar quantas emendas possam ser apresentadas, embora sabendo Vossas Excelências, no íntimo, serem elas totalmente inexecutáveis e impossíveis de serem aprovadas.

Perdoe-me, nobre Deputado, interromper o brilhante pronunciamento de Vossa Excelência, mas era necessário que o fizesse para que os Anais da Casa não aceitassem, sem contestação, Vossa Excelência inquirir a Bancada do PDS de passiva. Passiva por não aceitar os argumentos? Uma coisa absolutamente inaceitável como é a emenda proposta pela nobre Bancada da Oposição?

Agradeço Vossa Excelência, me perdoe pelo aparte, pela interrupção de um raciocínio brilhante que continuaríamos ouvindo com muito prazer.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte.

Inicialmente também agradecendo as manifestações elogiosas que apenas registamos como uma gentileza pessoal.

O Sr. Erondy Silvério — Como justiça.

O SR. NELTON FRIEDRICH — E com referência ao mérito do aparte, sinto que a emenda parece que já foi até votada. Portanto, não há mais muito o que fazer aqui, Sr. Presidente.

Mas, o ilustre Líder faz referência de que a União pro-

pôs 82 por cento, embora com escalonamento.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderíamos, aqui, fazer essa proposta: suspender a sessão por 15 minutos, indagar de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado se está disposto a suprir os 72 para 82, escalonadamente, nos primeiros 3 meses do ano. Para que, inclusive, colocasse em prática, um decreto que está muito bem guardado, porque não tem sido aplicado, convenientemente, aos interesses do funcionalismo público.

Portanto, a emenda não é inócua, porque ela é intempestiva, é presente, é imediata e necessária. É uma proposta. E veremos a disposição do Governo. A União concede 82 por cento. O Estado propõe 72. Vamos corrigir, pelo menos esses 10 por cento, então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e não vamos nem falar aquilo que já referíamos, ontem, sobre o problema do Rio Grande do Sul, com uma economia bem aquém da nossa, propõe 90 por cento.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um novo aparte? (Assentimento)

Eu agradeço e lamento interrompê-lo novamente, mas talvez Vossa Excelência não tenha entendido o meu aparte. A União propõe 82 e Vossa Excelência propõe que se suspenda a sessão, que se consulte o Chefe do Poder Executivo para acompanhar a União. Mas, efetivamente o aumento concedido pelo Governo Federal foi 66, 48, aquele do aumento concedido pelo Governo Estadual, na média dos 12 meses, basta Vossa Excelência, eu não sei fazer conta, mas se Vossa Excelência...

O SR. NELTON FRIDRICH — Vossa Excelência está me trazendo um argumento aí que o próprio Governo Federal então está nos enganando, porque coloca em páginas dos primeiros...

O Sr. Erondy Silvério — não, eu não diria enganando. Não, não está enganando ninguém. O Governo Federal deu o que podia dar.

O SR. NELTON FRIDRICH — E o Governo do Estado do Paraná pode dar.

O Sr. Erondy Silvério — Eu apenas estou estabelecendo um confronto entre o que deu o Governo Federal e o que deu o Governo do Estado, sem entrar no mérito do percentual concedido pelo Governo Federal. Eu não diria que está enganando.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas ilustre líder do Governo, o Estado do Rio Grande do Sul, que vem com déficit na sua história, propõe 90% ao funcionalismo do Estado, que tem uma situação inclusive bem diversa da nossa.

O Sr. Erondy Silvério — Meu caro, meu jovem Deputado, Vossa Excelência descende de família de comerciantes, agricultores, e Vossa Excelência sabe que na iniciativa privada nunca se pode fechar balanço em vermelho. Nós não temos aqui no Paraná culpa da irresponsabilidade do Governo gaúcho. Se está em déficit, concedeu mais do que podia, como é que vai pagar as contas, como é que vai fazer plano de desenvolvimento? Vossa Excelência há de lembrar que um Governo precisa também reservar parcela da sua arrecadação para investimentos. Porque a cada ano milhares e milhares de jovens ingressam no mercado de trabalho e sem investimentos nos setores, principalmente de infra-estrutura, Governo não tem condições de promover o desenvolvimento do Estado.

Aliás, esta é uma matéria de alta indagação filosófica e econômica e talvez não comporte nesta discussão. Nós po-

deríamos ficar aqui duas ou três horas discutindo economia política e economia de mercado, sem chegarmos a uma conclusão. A esse respeito, já dizia Pedro Demeterco, existe controvérsias e controvérsias. De maneira que nunca poderíamos chegar a um acordo.

Não temos culpa se o Governo do Rio Grande do Sul é irresponsável e paga mais do que comporta o seu Tesouro. Temos que nos ater à realidade do Tesouro do Estado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Parece-me que não foi essa a colocação e nem seria de justiça tributar sobre a administração gaúcha o fiasco financeiro proposto pelo líder do Governo do Paraná.

O Sr. Erondy Silvério — Bem, eu aceito o risco.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Não há porque não.

Me parece, Deputado, que a verdade é que a situação daquele Estado devido a tantos problemas, inclusive de frustrações que tivemos lá até de safras, que aqui não ocorreram nestes últimos períodos, de uma série de outras dificuldades, mas assim mesmo me parece que se coloca em prática as premissas de cunho social que aqui ficam na teoria. Não há que se esquecer o que acabamos de levantar aqui, do que está contido na apresentação de todo o plano de Governo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisamos começar de uma vez por todas assumindo inclusive todo o ônus de todo o Estado para fazer essa distribuição de renda. Disse o ilustre Deputado que não teremos igualdade de classes. Mas não podemos mais admitir essa situação que hoje vive a pirâmide social do Brasil, que é a mesma que vive o funcionalismo público do Estado.

E dizer que o Estado não tem dinheiro, não podemos esquecer, estão aí já os argumentos apresentados ontem, de que o ICM vem esse ano com um superavit de mais de 6 bilhões de cruzeiros. A taxa judiciária aprovada aqui teve um aumento decinco mil por cento, e cobrirá, por certo, conforme estudos que sabemos, as vantagens que virão aí para a Procuradoria.

O que dizer, Sr. Presidente, da eliminação da redução do ICM em determinado setor da pecuária já previsto, já determinado; o que dizer dessa possibilidade de Caixa do Tesouro do Estado que se dispõe a aplicar em open market, quando sabemos o que é o mercado aberto e sendo um dos maiores instrumentos de inflação deste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisamos assumir o que está contido aqui neste texto do Plano de Governo de Ney Braga. A pessoa, antes dos equipamentos, das cifras, das obras, às quais serão conseqüentemente projetadas a partir da pessoa, em função das suas necessidades.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse Estado tem provado ser pródigo nas Receitas. E não temos dúvida, que conforme o próprio Orçamento desse ano da arrecadação de tributação, arrecadação direta do Estado, os mais de 60 bilhões de cruzeiros que colocam nas mãos da Secretaria do Planejamento em quase cinco bilhões de cruzeiros, além mais de cinco bilhões de cruzeiros a nível de faixa de contingência.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabemos que existe possibilidade. A própria emenda do Deputado companheiro de bancada, Lineu Turra, evidencia com clareza também essa pretensão, viabilizando portanto o que está contido na emenda das Oposições da Casa: "como gratificação a que se refere esse artigo integrará os respectivos vencimentos dos funcionários para todos os efeitos legais, já autoriza o Executivo a abrir crédito especial necessário, obtendo os recursos estabelecidos na Lei de Meios".

É por isso que queremos deixar bem claro, não queremos ser os donos da justiça social, temos obrigação de exigir até que esse processo de justiça social não permaneça mais na retórica de João Baptista Figueiredo, dos textos de propos-

tas de Governo, porque está aí o tropel lento da revolução nas ruas, pelo assalto contínuo e a violência urbana desvairada em todos os cantos do País.

E não será como disse, privilegiando alguns setores que nós haveremos de avançar, este setor defendemos e precisa ser melhorado, principalmente os Juízes que estão lá no interior em extremas dificuldades, principalmente estes.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como ficaremos nós, no interior, perante às assembleias, perante aliás o Poder Público, perante os funcionários públicos, quando tivermos que apresentar efetivamente o quadro de salários deste Estado? Estaremos criando um campo fértil para o despertar do desequilíbrio social, porque estaremos, como disse, instrumentando a própria rebeldia diante do efeito multiplicador que causa o efeito demonstração, entre aqueles que tudo têm e a maioria que não tem nada.

Sr. Presidente, se não queremos ser donos da justiça social, mas precisamos começar a assumir a dificuldade que passa o nosso País e que esse regime e o Governo nos levaram e só sairemos com sacrifício de todos, inclusive daqueles setores que possam periodicamente estar privilegiados.

Sr. Presidente, por isso não entendemos e não aceitamos ser essa emenda, essa nossa disposição, inócua. Porque há um decreto possibilitando ao Governo fazer esse ajustamento. Temos os pés no chão, porque não podemos esquecer que todo o dia e toda a hora se fala da solidez econômico-financeira do Estado, conforme depoimentos, entrevistas e palavras de Secretários do Planejamento e da Fazenda.

Esperamos que pudéssemos aqui sensibilizar, mas parece-me que pouco resolve, porque voltamos ao que estamos assistindo há dois anos. É o processo de votação, não o de convencimento.

É humilhante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o Parlamento se dispõe nesta situação.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quereamos deixar bem claro que se defendemos aqui os 25 por cento de aumento a todos os funcionários públicos do Estado, sem exceção, é porque entendemos que o Governo, para ser justo, precisa aplicar em casa, com seus funcionários, a justiça social.

Antes de concluir, concedo o aparte ao Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi — Lamento, Deputado Nelson, interromper a colocação que Vossa Excelência faz com tanta propriedade e com uma linha de raciocínio, de objetividade muito grandes.

Mas Vossa Excelência faz uma proposta que foi rejeitada pela Liderança do PDS, no sentido da suspensão dos trabalhos por quinze minutos, exatamente, procurando a viabilidade do atendimento, por parte desta emenda assinada pelo Deputado Lineu Turra, em nome das oposições e subscrita pelos Deputados da Oposição, no sentido generalizado e universalista, portanto, de justiça, para beneficiar todos os funcionários civis e militares do Estado e também os inativos.

Só gostaria de dizer a Vossa Excelência o seguinte: se dentro do malabarismo dos números com que se tem manipulado com tanta habilidade os tecnocratas, servindo mais uma vez como garçons do Poder, servindo a estes, servindo aos próximos, estão sempre com um guardanapo no braço, a borboleta no pescoço, esperando os detentores do Poder, servindo-os com a propriedade com que sempre têm servido, procurando também sempre o seu benefício próprio e imediato dentro deste malabarismo, as manchetes dos jornais, na época devida, bombardaram a opinião pública como se os funcionários civis da União fossem perceber vencimentos de 82 por cento, explica o Líder do Governo que isto é um parcelamento que representa igualmente apenas 66 por cento num espiral inflacionário de 120 e tantos por cento.

Tão verdadeira esta espiral inflacionária que os militares

exigiram um aumento, para a sua categoria, de 121 por cento, o que foi concedido, em que pesem os protestos dos técnicos da Secretaria do Planejamento.

Ora, se o Governo Federal concede 82 por cento, o Governo do Paraná concede 72 por cento, por que então não se fazer uma outra proposta para a bancada governista, aprovamos os 25 por cento para o vértice da pirâmide.

E propomos e eles se comprometeriam a aprovar um adicional de 10 por cento para os funcionários em geral para atingir os 82 por cento, cumprindo a lei que impede que os funcionários estaduais percebam reajustes superiores aos índices propostos pela União.

Como no Paraná entretanto me parece que há uma categoria funcional que pode ultrapassar os 72 por cento a qualquer título, e talvez o decreto também não tenha feito a discriminação entre os militares e civis, como para os militares cujo poder de pressão, evidentemente num Estado militarista é total e absoluto, foi possível conceder 121 por cento, não há nada de mal também, conceder para uma categoria, para um pequeno segmento funcional os 72 por cento mais 25, dando 97 por cento.

Porque estariam andando na esteira da reivindicação profissional dos militares.

Mas por que não estender aos funcionários civis do Estado, ao menos o mesmo patamar de benefício que foi oferecido aos servidores civis da União, 72 por cento agora, em janeiro e 10 por cento a partir de 1.º de maio, totalizando os 82 por cento.

Parece-me que é uma proposta extremamente honesta no campo político e no campo partidário e acima de tudo no campo moral.

O SR. NELTON FRIEDRICH — E nós poderíamos até retirar a emenda, desde que aceita esta proposta.

Mas, me parece que é pouco viável, porque nada se quer com nada, quando se meche com a estrutura do grande Poder Executivo, que tudo pode, que tudo manda e que tudo quer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O aparte do Líder Renato Bernardi, traz mais esta argumentação, 120 por cento aos militares; isto pode, 72 por cento ao funcionalismo, isto pode.

Num País cheio de privilégios, cheio de dificuldades, exatamente em parte causados por estes privilégios, que se traduzem em todos os setores, - e nós sentimos isso: é no Estado do Paraná e em outros Estados e no Brasil inteiro, mas nós poderemos aqui tentar pela última vez, repetir inclusive com argumentos que me parece válido trazê-los; e é exatamente mostrar, deixarmos ao Governador, esta possibilidade de utilizarem-se até 25 por cento a todo funcionalismo, dentro daquilo que possa encontrar viabilizado também o Tesouro do Estado.

Porque aí estamos diante de uma possível safra "record" de soja, com os maiores preços da sua história, dentro de 45 dias no máximo, iniciando-se a colheita.

Concluo, Sr. Presidente, deixando meu apelo.

Mas, é nesse instante que nós estamos prestes a votar, que nós damos a última colocação, Sr. Presidente.

Teremos nós, e cada um, condições de enfrentar esses funcionários públicos do Estado, quando eles sabem que este Poder autoriza uma vantagem que entendemos justa e nega a vantagem que também entendemos até mais justa, exatamente pela sua universalidade, pela abrangência?

Será que nós não podemos assumir isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

É hora de nós rompermos, de darmos esse gripe de independência.

Por que não, o Executivo tem em suas mãos o instrumento que o Legislativo lhe deu e acionará se quiser, e que as próprias categorias das suas entidades façam as pressões neces-

sárias para cobrar, exatamente aquele instrumento posto nas mãos do Governo.

E entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados - e faço a conclusão, de que o Paraná estaria engrandecido como fizeram os parlamentares até no Rio Grande do Sul, no episódio dos professores, que contra a vontade do Governador Manoel de Souza, tiveram a coragem de fazer o aumento proposto necessário e reivindicado.

Sr. Presidente, até quando vamos ficar alegando constitucionalidade, que o Estado não tem força e que não tem poder, que o Tesouro está estourado? Mas a própria "Open marketing" que não tem recursos mas estão aí as tributações ampliando-se, os "superavit" do ICM, o Estado cantado em prosa e verso, como potencial econômico-financeiro.

Ora, Sr. Presidente, melhorar a qualidade de vida do funcionalismo público, é dever, neste instante, não de parlamentar, mas de todos os paranaenses e brasileiros, porque são nossos irmãos, brasileiros, que estão aí.

Sr. Presidente, constitucional, Sr. Presidente é a justiça; constitucional é o salário compatível com a dignidade humana; o resto, Sr. Presidente, é subserviência.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão o Projeto de Lei n.º 188/80.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, após a brilhante exposição do nobre Deputado Nelson Friedrich, como também do nosso Líder, Renato Bernardi, já quase mais nada resta a dizer.

Não temos nós a pretensão, como já dizia o Deputado Nelson, de ser convincentes.

No entanto, a democracia pode não ser tão eficiente como é a ditadura, que fecha congresso e aprova o que quer.

A democracia, pelo menos, reserva ao povo, através de seus representantes, deixar-se ouvir.

É nesse sentido, é dentro do princípio democrático que acredito ter algo a dizer ao povo que represento, em relação à matéria que se encontra sobre a mesa.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vamos parodiar, agora, Rui Barbosa: embora não concordemos com o que Vossa Excelência vai dizer - porque, de antemão, não vamos concordar - mas defendemos o direito de Vossa Excelência dizê-lo.

Se Vossa Excelência estiver satisfeito com o nosso aparte, isso é democracia.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Exatamente, estou no meu direito de dizer o que penso.

E não somente o que penso. A Igreja Católica tem constatado e dito muitas vezes, através de seu prelado máximo, o Papa; nos países subdesenvolvidos da América Latina e também no Brasil: "os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres."

Inclusive atreveu-se a Igreja a dizer, a condenar o Governo por tal situação, chamando esse Governo de pecaminoso.

E eu pergunto: não terá razão a Igreja em dizer isso, quando estamos aqui tratando de nivelar. Não queremos a igualdade de classe social, como, muitas vezes, estamos sendo acusados.

Muitas vezes, nos atiram a infâmia nos chamando de comunistas, porque queremos o nivelamento social.

E o nivelamento social faz parte do processo democrático.

E nós estamos aqui diante de um fato concreto: aumenta-se 25 por cento para uma categoria de funcionários públicos.

Para isso existe verba. Mas não há verba, não há condições orçamentárias para aumentar os demais funcionários públicos o mesmo tanto. Não estamos querendo mais, o mesmo tanto. Estamos falando em porcentagem, não falando em salários efetivos. Porque, se fôssemos falar em salários efetivos, talvez esta categoria que estamos defendendo com esta emenda, teria que receber não 25 por cento, mas muito mais para chegar ao nivelamento social dos salários.

E já dizia o reformador da Igreja Luterana, Martinho Lutero: "O Estado existe apenas para proteger os mais fracos, os mais humildes".

O que estamos notando aqui, com esta lei, Sr. Presidente, é exatamente o contrário. Os que ganham menos, ficarão mais uma vez à margem do amparo legal, e ficarão mais uma vez à espera da inflação se adiantar até extravazar a possibilidade de sobrevivência, inclusive, para então, receber minguados aumentos.

Acredito que tem razão a Igreja em atribuir ao País e ao Governo, o estado pecaminoso.

O Sr. Erondy Silvério — Quem falou foi o Bispo Lorscheider, que foi contestado por quase toda a Igreja. O que existe hoje são duas igrejas, Vossa Excelência sabe disso. A de esque-
da e a de Deus.

E Vossa Excelência pode ser considerado o Pastor Vermelho, porque também é da Igreja e prega aqui idéias não condizentes com a índole do povo brasileiro. Não adianta Vossa Excelência dourar a pílula, porque sabemos onde Vossa Excelência quer chegar.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Talvez com a índole do Evangelho, que é a base de toda a igreja.

E, neste aspecto, nobre Deputado, jamais poderíamos ser o que Vossa Excelência nos atribuiu, porque tememos e acreditamos em Deus, não nesse ateísmo prático que se está praticando aqui hoje, da qual Vossa Excelência que é a Igreja de Deus.

Aquele deusinho bom, que fica lá dentro da Igreja, nas quatro paredes, que não incomoda ninguém, na hora de votar um processo desses, esse deus é um deus morto, cujo túmulo é a igreja, o templo, e não a Igreja viva da qual representa Lorscheider, e tantos outros pastores progressistas.

Portanto, nobre Líder, já estou acostumado com as pichações de vermelho, não interessa a cor, me acostumei tanto que até esta gravata já passei a usar, porque ela não diz nada, porque são acusações superficiais, não são acusações de profundidade, não são com conhecimento básico, mas quando falo aqui da doutrina da Justiça Social da Igreja, falo estribado, principalmente, naquele Livro que é o livro dos livros, que deve ser a constituição das humanidades.

Tem o aparte o Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Obrigado.

Veja como Vossa Excelência é incoerente.

Vossa Excelência disse há poucos instantes, que a emenda que se discute hoje, que aqueles que seriam ou serão beneficiados com a emenda, porque ela será aprovada, que mereceriam até mais.

Lá na frente, Vossa Excelência diz que os outros funcionários mereceriam também. Então ... mereceriam também ao invés desses que estão sendo beneficiados pela emenda.

Se Vossa Excelência consultar as notas taquigráficas verá que não tem nenhuma consistência na argumentação.

Vossa Excelência procura agradar... bem, vou deixar de falar agora.

O SR. GERNOTE KIRINUS — A tese fundamental com a qual iniciei esse meu pronunciamento, foi a tese defendida

por Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência acha alguma coisa de imoral esta Casa procurar adequar o vencimento do Juiz, do Promotor, do Desembargador à conjuntura econômica nacional, Vossa Excelência não admite uma defasagem inclusive para os que estão no topo da pirâmide?

Então por acaso o preço do feijão é mais barato para o magistrado?

A diferença de classe, só em Cuba. Mas não aqui. Vossa Excelência está procurando confundir.

Vossa Excelência fala em democracia, a essência do regime democrático é premiar os que trabalham, os que investem principalmente na educação.

Vossa Excelência sabe o que custa a um Juiz de Direito a sua educação, a sua formação intelectual?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Ao Estado.

O Sr. Erondy Silvério — Ao Estado não, Vossa Excelência dobre a língua.

Ao esforço próprio do cidadão. Que democracia é essa que Vossa Excelência prega?

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Erondy Silvério, e concede a palavra na tribuna ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Somente para dizer o seguinte: a imoralidade se encontra quando se procura privilegiar certas classes, quando existe condições financeiras e orçamentárias para privilegiar.

Já é um privilégio neste País onde grassa o analfabetismo, é um privilégio de estudar. Seja pelo Estado ou às custas próprias ou à custa de papai rico.

Mas isso já é um privilégio. E esses privilegiados são os que sempre são mais uma vez privilegiados. E nós acreditamos e asseguramos que, a pecaminosidade, a imoralidade, está quando exatamente procura-se privilegiar mais aqueles que já são privilegiados.

Não estou aqui dizendo que deva ficar sem salário o juiz, o promotor e o desembargador. Estou dizendo aqui que eles têm melhores condições de enfrentar a inflação do que muitas zeladoras de escolas públicas. Têm melhor condição de enfrentar a situação de crise do que muitos que trabalham nos baixos escalões para o Estado.

E a esses privilegiados onde o monte já é grande, é que procura-se amontar mais.

Se não há condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se não há condições nem verbas para atender a todos os funcionários públicos, então por que, somente uma minoria?

Com o aparte o nobre Deputado Nelton Friedrich.

O Sr. Nelton Friedrich — Agradeço o aparte, e é preciso aqui repor a verdade, a impressão é que não se leu nem a justificativa da emenda, onde dizemos claramente que, para enfrentar os crescentes índices inflacionários do próximo exercício financeiro, é necessário instrumentar o Executivo a fim de que não venha a ocorrer a costumeira defasagem, de que o funcionalismo tem sido vítima.

E a necessidade de não haver discriminação nos setores do funcionalismo, eis que a inflação atinge a todos. Por isso, o preço do feijão atinge o desembargador, o juiz, e como atinge também, mas como atinge, o funcionalismo público do Estado.

Isso não tem coragem de assumir.

Ninguém é contra desembargador, contra juiz ao contrário, quero, neste Estado e neste País, uma justiça bem paga para não se corromper, sem muita atividade, ela há que ser bem paga e precisa, e defendemos inclusive esse aumento.

Mas, por que não estendê-lo?

Será que o funcionário, o acensorista, o trabalhador, o assessor, todos os que compõem o conjunto de funcionários públicos do Estado, será que eles compram feijão mais barato do que nós Deputados, do que o Governador do Estado, do que os desembargadores? Não. E porque que eles não? Por que? Vamos acabar com essa democracia burguesa que põe na lei que "todos são iguais perante a lei e uns são mais iguais que os outros e já aí começa a ausência da democracia. Vamos acabar com a democracia formal que é essa que se pretende praticar aqui, de maneira até sofisticada às vezes, mas a democracia ela é acima de tudo, social, democracia na escola, e na nutrição, a democracia é no bairro e no palácio, a democracia é antes de tudo social, não é política, institucional ou jurídica é a democracia que queremos. Não importa em que taxem, ilustre Deputado, que conheço a sua prática inclusive como membro de uma igreja, não importa o que taxem de "vermelho". Estamos habituados a ver esse tipo de taxação ao longo desses anos e em nome do perigo comunista, se fez uma "Revolução nesse País", que levou a uma das maiores concentrações de renda a uma dependência internacional, a um desequilíbrio como nunca se teve na História econômica e financeira do País.

O comunismo tem servido para tudo nesse País, para que se faça justiça; nenhum país será comunista se tiver realmente um povo com condições alimentícias adequadas, um povo com educação, com dignidade de vida, com salário combatível, mas nós estamos sendo agentes de todo processo comunista quando negamos a valorização do homem, não respeitando a dignificação do trabalho quando fizemos efetivamente o privilégio, porque o privilégio nega a própria democracia social, portanto, nega o cristianismo e como é possível, só quem não conhece a formação teórica da doutrina marxista que vai entender que um Pastor como Vossa Excelência temente a Deus, estaria fazendo este tipo de prática, mas também sabe Vossa Excelência o que é o Sermão da Montanha que serve inclusive para que se faça processos religiosos de todo tipo e de toda ordem, para enganar o povo sob o fantasma da comunicação.

Agora os Bispos também são comunistas no Brasil, os mesmos muitas vezes que estiveram na "Revolução de 1964" com a marcha com Deus pela família em liberdade. Continuamos com Deus e com a família e perdemos a liderança neste País. Ora, Deputado, é preciso parar com esse tipo de argumentação que se procura fugir da realidade, porque na verdade, é uma tentativa de confundir as coisas, como é uma prática viseira e costumeira desse regime, arranjando ganchos e desculpas para não fazer a prática social. E a mão estendida do Presidente Figueiredo, é uma mão estendida que não vem acompanhada da prática efetiva, principalmente no setor da distribuição de rendas, na melhoria da qualidade de vida do brasileiro e em todos os outros setores que possam atingir o âmago da questão que é o conjunto da sociedade desse País.

Por isso cumprimento Vossa Excelência sabendo os seus pensamentos é que eu fiz esse aparte até longo e emocionado, porque não admito, não posso mais admitir, que se arranjem desculpas, ganchos, subterfúgios, desculpas que não mais convencem, porque querem colocar um pano, querem moldar uma maquiagem para esconder a podridão que está na sociedade brasileira, por sua injustiça, por não haver um princípio de Cristianismo, por não haver o princípio ao menos, de qualidade de vida mais adequada.

Cumprimento Vossa Excelência e esta é a nossa luta. Não importam as taxações, não importam as titularidades, não importam nada disso. Importa é a consciência crítica que temos para libertação desse povo brasileiro e há de acontecer um dia, e aí daqueles que não tiverem conhecimento da História passada para que ela possa se efetivar no futuro. Esperança na mão, esperança na frente e a História na mão.

Isso haverá de se realizar um dia nesse País.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte, nobre

Deputado Nelton e gostaria de dizer que quando nos chamam de comunista, pensam que nos estão prejudicando, mas o povo mesmo já sabe discernir, porque já chamavam tantos padres, tantos Pastores que batalhavam ao lado dos pobres, ao lado dos posseiros, ao lado do indenizado de Itaipu, acostumados a chamar tanto de comunista que quando chamam alguém de comunista, o povo já diz este aqui é um dos que ajudam os pobres. No entanto não sabem eles que a orientação do P.C. de Moscou é exatamente se infiltrar neste Governo que aí está, corrompê-lo mais ainda; se fosse uma proposta comunista a emenda nossa deveria ser de aumentar para cinquenta por cento à classe da Magistratura e tentar cada vez mais fazer com que o Governo se enlame, se enrole e aumentar inclusive as diferenças sociais para que eles tenham a oportunidade amanhã de derrubar com facilidade com a noite, como o ladrão que vê a noite, derruba esse Governo e implanta um regime comunista.

O que nós estamos querendo e também assim agiu Getúlio Vargas, quando com sua lei para os trabalhadores, sua lei trabalhista tentou convencer os empresários da sua época, esses o recusaram pensando que ele estaria tentando introduzir o comunismo e ele mesmo confessava e dizia: eu estou tentando salvar a cabeça desses empresários. Porque foi com esta lei que ele inclusive evitou o crescimento da insatisfação popular. Comunistas são aqueles que estão desgraçando o nosso povo, estão querendo cada vez maior a diferença de salários, a diferença das categorias sociais; estão acentuando a diferença social exatamente para provocar o desequilíbrio social. E o que nós estamos propondo, nobre Deputado Nelton, é exatamente aquilo que irá evitar o desmoronamento da sociedade capitalista; cega, para podermos chegar a uma sociedade democrática e nivelada.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Kirinus, estamos ouvindo atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência, como também os apartes que foram apresentados. Chamou-me a atenção de um modo especial o aparte do nobre Deputado Nelton, Deputado que admiramos pela sua inteligência, pelo seu discernimento em vários assuntos. Entretanto Sua Excelência foi muito infeliz ao pintar o quadro da sociedade brasileira de modo tão deprimente.

Viajei recentemente, nobre Deputado Kirinus a alguns países do Oriente e também de passagem a alguns países europeus. E verifiquei que esses países estão passando por problemas muito sérios. Se a sociedade brasileira está com problemas difíceis de serem solucionados, aquelas sociedades também estão. E inclusive na sociedade da Tchecoslováquia, onde tenho parentes por parte da minha esposa e eles me disseram das dificuldades que estão atravessando também ali.

Portanto não há na sabedoria humana condições para solucionar os problemas. Não são filosofias de esquerda, de direita, que vão resolver os nossos problemas. E Vossa Excelência, nobre Deputado, como ilustre teólogo que é, sabe que segundo as próprias profecias bíblicas os tempos anunciados para a época que vivemos seriam difíceis, e muito difíceis.

Falou também o nobre Deputado Nelton a respeito da valorização do trabalho. Concorro com Sua Excelência. Devemos valorizar o trabalho. O trabalho de um juiz é um trabalho relevante, tão relevante é que as escrituras sagradas citam muitas vezes a importância do juiz. Tanto é, que antes dos Reis existiram na História de Israel juizes. Não era plano de Deus que Reis fossem constituídos, foi o povo que quis o Rei; porque deviam ser os juizes aqueles que orientam a sociedade.

Então devem os juizes ter a devida condição para que possam exercer o seu trabalho tão importante na sociedade. Devemos nos lembrar que os juizes não têm o direito a horas extras e trabalham às vezes durante toda a noite, durante toda

noite, toda a madrugada, para apresentar uma solução que venha trazer harmonia à sociedade. O Juiz não tem o risco de vida, embora seja ameaçado constantemente por pessoas que não estão satisfeitas com as suas sentenças.

Nós temos que considerar tudo isso. Porque a hora que os Juizes não tiverem condições de desenvolver a sua tão importante atividade, a sociedade, aí sim, que a sociedade passará a ser inteiramente desgraçada, desorganizada.

É certo que deveremos lutar para que as classes mais humildes também tenham uma condição melhor para resolver os seus problemas econômicos. Isto é justo e necessário. Mas, em nome dessa defesa não devemos esquecer daqueles que durante tantos anos se prepararam e estão reservando a sua vida para que a sociedade, efetivamente, possa ter condições de sobreviver.

Muito obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado, respondendo o seu aparte, exatamente eu gostaria de tocar num assunto que Vossa Excelência levantou.

O povo de Deus, o tempo da Bíblia, o tempo do Antigo Testamento, o povo de Israel exatamente queria Reis e não Juizes, ou queria suprimir os juizes em função dos Reis.

E foi exatamente um dos últimos Juizes, Samuel, quem preveniu o povo do grande perigo que estaria correndo o povo de Deus ao copiar o modelo dos povos vizinhos. Porque, justamente o que povo de Israel quis fazer, era copiar modelos. E essa atitude de querer copiar modelos políticos para um povo que acabou de se libertar da escravidão do Egito, querendo seguir o exemplo do Faraó era desrecomendada pelo Juiz Samuel.

E é nesse sentido também que não queremos copiar modelos nem de Cuba, nem da Suécia, nem da Suíça, nem da Rússia. O que queremos é construir, dentro do Brasil, uma sociedade brasileira e de brasileiros.

Portanto, nobre Deputado, não estamos contra os juizes nem contra os desembargadores. Não estamos dizendo que estão ganhando mais; até admitimos a defasagem que aqui é alegada. No entanto, o que queremos é estender o mesmo a todos, no espírito de igualdade, no espírito de repartir o pão dentro do espírito cristão.

Portanto, acredito que não se trata aqui nem de esquerda e nem de direita, porque é muita pobreza de imaginação política pensar que só existe esquerda e direita, que só existe comunismo e capitalismo. O que existe, de fato, somos nós, parlamentares eleitos para aqui fazer uma legislação condizente às aspirações do povo que nos elegeu.

E pergunte a qualquer funcionário público, se não é condizente a aspiração delegar também os 25 por cento que são concedidos tão generosamente aos Juizes e aos demais.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado, me permite um aparte? — (Assentimento).

Muito grato pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu, neste entardecer.

Eu queria, em primeiro lugar, discordar de Vossa Excelência, quando afirma que a Igreja considerou o regime brasileiro como pecaminoso. Até porque isto foi dito por um dos mais ilustres prelados brasileiros, numa situação e numa região diferentes da nossa, e sem ele possuir exclusivamente o dom de falar em nome da Igreja.

Tanto que o posicionamento de Dom Lorscheider, foi contestado por outros cardeais, até por cardeais que defendem a teologia da libertação.

Por exemplo, como o Cardeal Primaz da Bahia, Dom Vilela, irmão, por sinal, do ilustre Senador de Alagoas, do

PMDB, Teotônio Vilela. Foi contestado na sua afirmação por homens que o Brasil aprendeu a respeitar ao longo da sua pregação católica, social.

Como o próprio Dom Helder Câmara, Arcebispo de Pernambuco, foi contestado pelo Cardeal do Rio de Janeiro, pelo Cardeal do Rio Grande do Sul.

Portanto, os outros eminentes prelados, e agora, o que creio importante ressaltar é que realmente o plano de Governo Ney Braga segue uma linha semelhante à linha da doutrina social da Igreja, com a preocupação fundamental no homem.

E esta preocupação, está expressa nos documentos oficiais do Governo. Mas, mais do que os documentos, falam as obras feitas em favor do povo paranaense.

Veja Vossa Excelência que o atual Governo beneficiou, indistintamente, a todas as categorias sociais do funcionalismo público. Sob pressão ou não, pressão legítima que possa ser exercida por qualquer categoria no regime democrático, o Governo do Estado beneficiou através de salários que sobem a mais de 100 ou 120 por cento em alguns casos, a categoria dos professores, a categoria dos funcionários públicos, dos mais humildes. E eu me cansava de ouvir, neste plenário, eminentes Deputados do Partido da Oposição criticarem exatamente o achatamento dos níveis iniciais, porque o Governo, através de seu mecanismo, como o mecanismo do FAS, pretendia dar melhores condições de salários aos funcionários que recebiam menos.

Vossa Excelência deve lembrar de Deputados do seu Partido que criticavam esta atitude governamental. Não há uma categoria só, do funcionalismo público estadual, que tenha sido deixada de lado pelo eminente Governador Ney Braga. Vossa Excelência me aponte uma categoria só. Nenhuma.

O que acho que hoje está havendo aqui é uma falta de entendimento do que se discute neste plano de lei. Hoje estamos discutindo o estabelecimento de uma verba de representação do Poder Judiciário estadual e aos membros do Ministério público, que fazem jus a esta verba de representação não como salário, mas em função do que exercem. Não se trata de aumento, como Vossa Excelência quer eleitoralmente tirar proveito deste episódio, mas se trata, isto sim, do estabelecimento de uma verba de representação para os magistrados do Paraná, que por sinal ganham menos do que os do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Rio de Janeiro.

Creio que Vossa Excelência também hoje ... agradavelmente descobri mais uma qualidade de Vossa Excelência, descobri que Vossa Excelência também é pitonisa, porque quando diz que os membros do PC estabelecem determinado tipo de política, ou Vossa Excelência faz parte do PC — que sei não faz — porque Vossa Excelência se referiu ao PC de Mostou, ou consegue participar deste PC e que eu creio que Vossa Excelência não faz parte desse partido ou Vossa Excelência descobre a orientação do PC que todos sabemos, das altas cúpulas, não são do conhecimento público.

Gostaria de lembrar Vossa Excelência, já que citou inúmeros prelados que têm uma boa posição junto à Doutrina Social da Igreja, da qual faço parte, com a qual concordo integralmente, que há um ilustre teólogo brasileiro, o Padre Eugênio Saboneau, que numa das suas frases diz que uma das obrigações do Governo, é exatamente matar a fome do povo. Mas não matar a mais antiga das fomes da humanidade, que é a liberdade.

E é exatamente por isso que nos colocados contra os prelados que defendem um regime que vai matar a mais antiga das fomes do povo que é a liberdade, a fome da liberdade.

Vossa Excelência há de concordar conosco de que se está fazendo aqui, nesta tarde, na Casa, uma confusão mental, como poucas vezes se viu. O Governo manda a esta Casa um plano de lei, exatamente para atender reivindicações que se consideram legítimas dos magistrados e do Magistério Público.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa pede escusas ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, mas, de acordo com o Regimento Interno, encontra-se, sobre a mesa, um requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério que "requer, na hora regimental, a prorrogação da sessão por mais 2 horas".

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Com a palavra o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, só para clarear: o Deputado, num aparte, disse que a taxa judiciária poderia render, segundo cálculos mirabolantes, 350 milhões de cruzeiros.

É que o ilustre Deputado, ao que consta, deveria estar ausente da Casa, porque, quando fazíamos essas argumentações, nos referíamos à eliminação da redução do ICM num setor pecuário.

É bom clarear as coisas, porque a confusão que vem do lado de lá é própria, exatamente, para confundir ainda mais as coisas.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Mas ratifica o ponto de vista deste Deputado que há pitonisa em plenário, porque, até agora, não se conseguiu calcular o que vai significar, em termos de arrecadação, de ICM, a redução que se fará, através de uma deliberação do CONFAIS, a respeito do ICM adotado na carne bovina.

Há de verificar Vossa Excelência que foi uma decisão, no meu entendimento, do Governo Federal, porque, se deixou de dar isenção ao filé mignon da carne bovina e se permaneceu na isenção de dar à suinocultura, exatamente para auxiliar os pequenos suinocultores, pelos quais tanto nos batemos, nesta Casa.

O Sr. Nilton Friedrich — Só para clarear, para não tomar polêmico, só recomendaria, para não falsear, "O Estado do Paraná", na edição do dia 19-12-80, e todos os jornais, nas suas colunas econômicas, colocaram o cálculo, conforme tenho em mãos, página 2, de "O Estado do Paraná", de 19-12-80, 360 milhões de ICM em função de eliminação da redução.

Parece-me que é uma cifra bem alta.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — É uma previsão de arrecadação de ICM que será concretizada, ou não, em função de fatores aleatórios.

Aliás, como Vossa Excelência conhece, vivemos numa economia agrícola, portanto uma economia primária dependendo de uma série de fatores inclusive, com a intempérie dos tempos, e a nossa economia é uma economia (saxonal) exatamente por isso que leva outros equívocos de eminentes Deputados dizendo que o Estado tem excesso de arrecadação, que o Estado está aplicando em Oppen Market quando na verdade, o Estado está se precavendo com o seu caixa, para poder não deixar atrasar o funcionalismo público estadual.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Gostaria de voltar atrás, quando Vossa Excelência se refere à doutrina social do Governo Ney Braga, de fato tenho lido constantemente, até com certa admiração e o próprio Deputado Nilton leu aqui da tribuna...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Entendi que o plano do Governador Ney Braga, era um plano social e que dentro da conjuntura nacional ele não iria conseguir executá-lo ... (conversas paralelas).

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado, se permite

responder o seu longo e vários apartes, gostaria de pedir que se suspendesse a sessão e se colocasse então à apreciação do Governador da possibilidade de dar atendimento à emenda que estamos discutindo neste momento.

Porque exatamente, queremos crer que o que está escrito nos seus planos e propósitos; ele vem fazer jus. É o homem que está em discussão.

A vida do homem que está sendo focalizada neste momento.

Então estamos contra, como procuram ilustrar os nobres Deputados do PDS não estamos contra o aumento dos Srs. juízes, nem dos desembargadores.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu me congratulo com Vossa Excelência vendo que Vossa Excelência hoje, e a sua bancada muda de posição. Porque sexta-feira passada, nós verificamos totalmente o inverso.

O SR. GERNOTE KIRINUS — É a primeira vez que me manifesto a respeito da matéria.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência sabe que outros Deputados da sua bancada, manifestaram-se contra.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Isso para evitar que seja somente uma parcela beneficiada.

Foi por isso que entramos com uma emenda. Agora, sim, há condições de nós nos colocarmos de acordo.

E sem demagogia eleitoreira, sem demagogia política. Pois acreditamos simplesmente, de que essa seria um princípio de justiça.

Se existe possibilidade de mesmo ferindo de leve a Constituição, entrar com uma emenda, jogar mais 10 por cento, deve-se admitir também ou será só porque parte da bancada da oposição não pode ser ... tem outras pessoas que estão querendo pedir aparte, Deputado Luiz Alberto, esperando faz tempo, eu já cedi muitos apartes a Vossa Excelência.

Então, acreditamos inclusive, nós estávamos apelando há pouco à sensibilidade do Governador Ney Braga, para que pudéssemos continuar negociar, sentar e acertar e nivelar essa emenda para chegarmos a um entendimento.

Tem o aparte o Deputado Valduga.

O Sr. Valduga — Nobre Deputado, a colocação aqui feita pelo Deputado Nilton e há pouco repetida por Vossa Excelência, ela dá bem no sentido de que se fosse negociar com o Governador, o aumento, ela traz um pouco de luz naquilo que o Deputado Luiz Alberto dizia estar confuso.

Nós estamos aqui, para votar apenas, e tão somente, num aumento na verba de representação dos magistrados.

Esse movimento, não se iniciou agora, já de meses nós todos recebemos visitas de alguns juízes para honra nossa, e de alguns promotores que vêm pleiteando melhoria salarial, que se consubstanciou nesta forma, de procedimento.

É uma luta de classe, companheiro, e nobres Deputados, o que está ocorrendo aqui, é uma classe que está reivindicando.

Há poucos dias o Deputado, se não me engano o Deputado Deni que falou da tribuna de vários movimentos sociais que surgiram no Estado do Paraná, dando como se fossem fatos que pudessem criar condições assim de alarme, condições alarmantes em nossa sociedade.

Como era no Pequeno Expediente, não pude apartear-lo e louvar esses movimentos.

O movimento da soja, ao qual todos nós nos aliamos, o movimento da polícia civil, da polícia militar, dos professores atendidos pelo Governo.

Enfim, são movimentos classistas que vêm com a abertura política, vem pleitear os seus direitos.

E eu acho que nesse momento, esta Assembléia se engrandece de poder ver que as classes se movimentam, que as classes perderam a timidez. Desde as mais humildes às mais elevadas, todas elas dignas de poder pleitear seus direitos e ver com que os Deputados as debatam.

É bem verdade que foi lançada sobre a responsabilidade exclusiva do PDS a votação desta emenda. Surgiu posteriormente essa que Vossa Excelência acha que deve ser negociada.

Porque, um aumento de salário, da forma como é proposto, não se trata representação e sim salário, o que pretende a Oposição.

Demanda de um estudo mais apurado, como já muito bem expôs o nosso Líder Erondy Silvério.

De forma que, desfazemos a confusão. A nossa Bancada, toma a posição e a responsabilidade de votar pelo aumento da representação, porque é produto e um entendimento bastante amplo e bastante longo entre o Governo e as classes do judiciário.

E mais o seguinte, Companheiro. Sei que a sua gravata não é de comunista. Vossa Excelência deve ser torcedor do Internacional, que é meu time.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte e digo o seguinte. Que se houveram movimentos, houveram. E todos eles tiveram seus desfechos, alguns com parcela de vitória, outros com tratamentos diferentes. Não vamos entrar agora e analisar os movimentos e ver que tipo de tratamento receberam.

Acredito inclusive, que esta matéria que está tramitando, como bem disse Vossa Excelência, necessita de um estudo mais aprofundado. Mas, infelizmente, chegou assim no fim do ano, no estrangulamento.

E eis porque estamos aqui quase sacrificando já o nosso Natal, para continuar debatendo, para ver se chegamos a um denominador comum.

O Sr. Valduga — E não seria precipitação, nobre Deputado, decidirmos de afogadilho uma matéria tão importante que Vossa Excelência entende que merece ser até negociada?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Acredito que poderíamos jogar as duas emendas para depois, a partir de março, e até compensá-la com a inflação que vier até lá.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em discussão o Projeto de Lei no. 188/80.
Em votação a Emenda Substitutiva.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na tarde de ontem, durante a sessão de ontem, quando da tribuna colocamos, falamos em nome das Oposições, dissemos que naturalmente nos reservávamos para o dia de hoje, votar a favor daquela emenda apresentada.

E nesta sessão de hoje, entendemos que esta emenda que se discute agora, está mais completa em relação àquela apresentada no dia de ontem.

Mas nos reservamos ao direito de, se não aprovada esta emenda, votar contrariamente à emenda do Deputado Erondy Silvério, por entender que o próprio Deputado Erondy Silvério tentou, através das lideranças neste Plenário, a própria rejeição desta emenda; desde que a Oposição desse condições de número de plenário e aprovasse apenas 15, não vinte e cinco por cento.

O direito que nos reservamos é de votar contra a emenda do Deputado Erondy Silvério, bem como contra o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação a Emenda Substitutiva apresentada pelo nobre Deputado Lineu Turra, devidamente apoiada. — Rejeitada.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente. Antes que Vossa Excelência atenda o requerido, solicito de Vossa Excelência a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 37 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

A Mesa colocará a verificação de votação solicitada pelo nobre Deputado Adalberto Daros. Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda Substitutiva do Deputado Lineu Turra e demais Srs. Deputados, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 8 Srs. Deputados aprovam, 28 Srs. Deputados rejeitam. — REJEITADA.

Em votação a Emenda número 01, subscrita pelo nobre Deputado Erondy Silvério, já aprovada em segunda discussão. APROVADA.

O SR. RENATO BERNARDI — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

29 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. — APROVADA.

Em votação a Emenda número 02, subscrita pelos Deputados Nilso Sguarezi e Nelton Friedrich. — REJEITADA. Em votação o projeto.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de deixar bem claro, para que não houvesse dúvidas, com relação ao meu procedimento e ao procedimento da Oposição nesta Casa.

Nós tentamos, Sr. Presidente, demonstrar principalmente ao Governo e tentando, como dissemos aqui, com que a Oposição colocou, tentamos, antes de mais nada, dar um pouco também de valor a este Poder, um pouco de valor sentido, é verdade, desta vez.

Me parece que o Poder Legislativo está começando a resurgir. A impressão que se tem é que este Poder está novamente tomando um pouco mais de fôlego. Tentamos durante todo esse tempo, além das colocações feitas, tentar demonstrar isto, Sr. Presidente, e por esta razão, por entender que isto aqui é um Poder autônomo, é que a Oposição, como dissemos desde o início, vota contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o projeto.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi, sem dúvida alguma, esta sessão, como este período extraordinário, que a praxe tradicional dos Parlamentos tinha sempre mostrado como um período morno, um período quase que de acerto final de Casa, este período entretanto, Sr. Presidente, fugiu totalmente à regra e fez a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná viver momentos e algumas sessões em que as diversas Bancadas, utilizando-se das técnicas de Plenário, de Sessões, de Comissões, de Tribuna que o Regimento Interno permite ao manejo parlamentar, as diversas bancadas tentaram fazer valer os seus pontos de vista que, desde o início, se mos-

mostravam antagônicos e não é à toa que, nesta véspera de Natal que esta Casa vive um dos momentos mais cheios, tanto em termos de Plenário, como em termos de pessoas preocupadas com o resultado da votação aqui travada.

Foi altamente auspicioso o fato de que se ontem, nós atravessamos um período negro de repressão, se já na alvorada de tempos novos que a sociedade civil relativamente vem impondo à estrutura de poder criada a partir de 64. O fato de, hoje, termos altos funcionários do Quadro Estadual do Paraná, se assentando nas galerias desta Casa, nos mesmos assentos que, anteontem, estiveram estudantes pregando a volta da União Paranaense dos Estudantes, a volta da União Nacional dos Estudantes, nos mesmos assentos em que estiveram pedreiros e serventes da construção civil, a exigir um melhor tratamento para sua causa, as presenças que se fizeram notar, hoje, nesta Casa, constituem, um fato altamente auspicioso para a grande luta de reivindicações da sociedade civil.

A nossa bancada, à semelhança da Bancada do PTB tentou universalizar o benefício que esta Mensagem propunha.

Não tivemos felicidade plena no nosso objetivo. Mas, ficou o alerta. Ficou, acima de tudo, a participação num período que, normalmente, seria um período singelo e discreto e passou a ser um período vibrante, um período em que, às vezes, o componente emocional se sobrepôs, até às razões mais profundas da lógica política e da lógica parlamentar.

Sirva, portanto, este período extraordinário, como a grande reação do Poder Legislativo. E oxalá, este final de 1980, possa representar um bom início para 81, onde, efetivamente, o Poder Legislativo, pela sua operacionalidade, pela sua combatividade, venha a fazer jus à recuperação plena das prerrogativas que lhe foram tiradas pela força.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação o Projeto de Lei 188/80.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para dizer à Casa que compreendemos, perfeitamente as razões da Oposição.

Que compreendemos a sua atuação, principalmente no exame dessas mensagens. Mas, também para dizer que a bancada do PDS não assistiu, passivamente, ao espetáculo. Que ela também participou. Mas, participou com a cabeça fria, coerente, com toda sua atuação ao longo desses 2 anos que dura nosso mandato, neste atual período legislativo.

E quando digo cabeça fria, é que nós, efetivamente, estudamos, com profundidade, a Proposta Orçamentária do Estado. O Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Antônio Facci, que é realmente um "expert" na matéria orientou a Bancada no encaminhamento e na discussão dessas mensagens governamentais.

Não podemos, absolutamente, aceitar as argumentações da Oposição de que o Estado vive uma boa situação financeira, inclusive aplicando em "Open Market" as suas sobras de caixa. Não é isto o que realmente está acontecendo e a oposição também sabe, mas como o papel da oposição é sempre criticar, é sempre ser contrária às medidas governamentais, aceitamos a oposição como ela o é. Entretanto, não podemos aceitar o atestado de passividade, que quisessem nos impingir na tarde de hoje. E dizer que sobras ocasionais não representam a regularidade de uma arrecadação, são sobras ocasionais que o Governo em boa hora, porque tem um homem experiente na parte das finanças que aqui esteve quantas vezes foi solicitado estar, e que deu, repito, um banho na oposição no encaminhamento das questões financeiras e econômicas do Estado. Este homem sabe, que o dinheiro não pode ficar parado, a oposição devia até se congratular com o Governo, louvar o Governo por procurar não deixar o dinheiro público deteriorar no regime inflacio-

nário em que vivemos.

Daí, o sentido da aplicação em "Open Market" que não acompanha os índices inflacionários mas que remedeia efetivamente, esses efeitos.

Então, nós da bancada do PDS votamos esta mensagem com a mais absoluta consciência de estarmos cumprindo com o nosso dever. De proporcionarmos a uma classe de servidores, os direitos que ela tem, pela função relevante que exerce na sociedade paranaense. E nós sabemos que alguns segmentos do funcionalismo público, precisam realmente ser melhor remunerados, porque atingirem a situação em que atingiram, efetivamente, tiveram um preparo melhor, não se queira dentro de um clima passional, comparar um Promotor, um Juiz, um Desembargador, um membro do Tribunal de Contas, com um servente. Com a professora primária. Digamos que uma professora primária sem medo de errar, com um motorista, com um atendente, com um escriturário, com uma datilógrafa, é evidente, que cada segmento do funcionalismo público tem que ter o seu escalonamento de vencimentos. E é esta a justiça que nós acreditamos cumprir na noite de hoje.

É exatamente procurar evitar a defasagem no vencimento de algumas classes funcionais. Aceitamos a luta da oposição, não achamos que ela valorizou o poder Legislativo, porque este poder sempre foi valioso, valoroso. O Poder Legislativo é realmente, o único legítimo porque emana do novo. Mas não é menos legítimo, ou mais legítimo: mandato de um Deputado da Oposição que um Deputado da Situação, pelo contrário, Sr. Presidente, esta maioria que está aqui representa a vontade do povo do Paraná, se eles fossem melhor do que nós, eles estariam em maioria, porque que o PDS tem maioria, porque deste lado está a verdade, deste lado está a sinceridade. Nós desfaldamos uma bandeira de luta legítima, sem demagogia, nós não mostramos a nossa gravata vermelha, nós não mostramos, porque somos acima de tudo cristãos. Nós mantemos a tradição cristã deste povo abençoado que é o povo brasileiro. Aqui nós não permitiremos jamais as lutas de classe, nós temos capacidade para resolvermos os nossos problemas domésticos dentro de nossas fronteiras.

Nós não queremos um Brasil transformado num Afeganistão, numa Cuba, numa Uganda, numa África, numa Tchecoslováquia, numa Polônia, Hungria, o povo brasileiro é um povo que sempre foi independente. Sempre foi valente e sempre expulsou os invasores, e nós representamos a essência do povo brasileiro.

Está aqui a prova, apesar das manobras de obstrução da oposição estão aqui os patriotas cumprindo com o seu dever. Se disse que era problema do Governo aprovar as suas mensagens, é problema dos homens de bem, aprovar as mensagens de um Governo de bem.

Se disse, que o PDS teria que colocar maioria nesta Casa. Aqui está a maioria, a maioria que o povo conduziu a esta Casa, numa eleição livre, soberana, secreta. O que mais quer a Oposição? A Oposição pediu anistia. Teve. A Oposição pediu reformulação da lei eleitoral. Teve. A Oposição pediu uma abertura democrática. Teve. O que mais quer agora?

E não se queira estabelecer uma relação entre a matéria que votamos e uma reivindicação da construção civil. Isto é uma utopia. A matéria que votamos é completamente diferente, é uma matéria consubstanciada numa lei de meios. A emenda que apresentamos à Mensagem do Governo, tem amparo legal, existe uma verba específica de representação e é essa que nós estamos destinando.

Sr. Presidente, eu termino. Terminando dizendo que a batalha da Oposição não valorizou o Poder Legislativo, porque ele nunca esteve desvalorizado. A batalha da Oposição, realmente engrandeceu os debates, sem valorizar o Poder. Porque este repito, jamais se desvalorizou.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Não era nossa intenção voltar ao assunto, mas serei breve, Sr. Presidente, para fazer algumas colocações derradeiras.

Primeira: somos absolutamente contrários a qualquer especulação de "open market", por parte de verbas de Governo de Estado Municipal, Cooperativa seja o que for, desde que tenha a vinculação do conjunto da comunidade na sua origem.

Porque todos sabem que o "open market", ele é um instrumento de política monetária para sugar do mercado a moeda quando havia em excesso e devolvê-la quando havia de se trazer projetos fundamentais para a sociedade, e esse projeto e esse plano de política monetária, foi absolutamente desviado. Porque hoje, as ORTMS e as letras do tesouro nacional, que são a base do "open market", se transformaram em tantas outras ações, inclusive de Eletrobrás, dinheiro do povo brasileiro que o Banco Central sustenta no "open market", fazendo com que, uma volkswagem tenha no ano de 78, 780 milhões de cruzeiros de lucro muito mais, do que na sua industrialização de carros, que a Mercedes Benz consiga no mesmo ano, 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros de lucro, muito mais do que na fabricação de caminhões, que a Coopercucar consiga, mais de 600 milhões de cruzeiros especulando em "open market".

A maior agiotagem que se fabricou no País, na história financeira desta Pátria. E que é na verdade um dos maiores instrumentos de inflação neste País, para sustentar o monopólio, o autocapitalismo e basicamente as multinacionais. Dinheiro do povo brasileiro, travestido de ORTMS, de Letras do Tesouro Nacional, de ações da Eletrobrás, etc...

O Sr. Gilberto Carvalho — Pela ordem, Sr. Presidente.

Nos termos regimentais, o nobre Deputado está encaminhando a votação, mas não tem nada a ver com a matéria que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado, mas apenas o nobre Deputado Nelson está discutindo a matéria em torno do encaminhamento de votação feita pelo nobre Líder Erondy Silvério.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, eu lamento divergir da orientação da Mesa, não com relação ao nobre orador que se encontra na tribuna. Mas ele absolutamente está se atendo ao encaminhamento de votação que fiz. Eu não defendi aqui Volkswagen do Brasil, nem Mercedes, nenhuma companhia multinacional. Absolutamente, de maneira que a questão de ordem levantada pelo Deputado Gilberto Carvalho, tem amparo regimental. Se Vossa Excelência não entender assim nós acatamos, mas que tem amparo regimental tem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) É o entendimento da Mesa, nobre Deputado.
Com a palavra o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Sr. Presidente e esse esboço rápido, foi exatamente já que estamos falando em recursos de dinheiro e a consulta existe, já da Caixa do Tesouro do Estado ao TC com objetivo de operações de "open market", mas eu não pretendia somente ficar nisso e quero dizer que a maioria desta Casa bem sabe, inclusive das condições da maioria a que se chegou, com Lei Falcão, com a máquina do Poder Executivo muito bem azeitada, como jamais tivemos uma campanha política na História do Paraná, há que se fazer também a presença do poder econômico e por isso Sr. Presidente, nós entendemos que a realidade é bem outra. Não somos aqui efetivamente, donos da verdade e jamais pretenderíamos assim dizê-lo. Respeitamos efetivamente a cada um e todos os Deputados do PDS mas entendemos que a prática desenvolvida nesses últimos dias, deu sobremaneira uma presença do Poder Legislativo, porque inclusive as possíveis manobras ditas aqui, são manobras absolutamente regimentais e que são na verdade, privilégios das minorias em todos os Paramentos.

Essas obstruções caracterizam uma posição tomada e em nenhum momento nós queremos aqui deixar claro, procuramos através das posições tomadas, diminuir esse Parlamento, muito menos os Srs. Deputados, mas se provou também que as Oposições nesta Casa tem que merecer e espero que continue merecendo cada vez mais, o respeito, porque o Governo há de convir e a maioria do PDS também, que a presença das Oposições aqui tem sido constantemente em projetos importantíssimos do Governo, os que tem dado quorum necessário, inclusive para funcionalidade da Casa e aprovação dos respectivos projetos do Executivo e eu entendo que esse Poder, e deixo aqui nesse final de ano, e num momento até inoportuno, o Poder Legislativo não é Poder, é um apêndice do Poder Executivo. Temos que assumir essa condição, mas saber ousar para saber ao Legislativo as suas prerrogativas e a sua independência.

Não é possível um Poder Legislativo que tem as deficiências caracterizadas em todos os seus atos, que tem uma impotência presente, que vive subordinado aos interesses do Executivo, porque nesses últimos anos do País isso ficou claro e ninguém pode negar. Valor sim, o Poder Legislativo nesse período extraordinário e valorizamos principalmente porque tivemos a participação de diversos deputados, inclusive de todos os Partidos com assento nesta Casa, que tomaram com decisão, com afinco, estudos se debruçaram com carinho sobre as questões e me parece que se essa Assembléia assumisse o clima de profundidade que desenvolveu, principalmente nesse período de convocação extraordinária, nós estaríamos na verdade, como disse o Líder do PTB, valorizando os deputados, valorizando o Poder Legislativo.

Porque isso ficou claro e fundamentado. Concluo Sr. Presidente, dizendo que em 1.981, com as dificuldades que temos a nível econômico, social, cultural e político neste País, haverá de exigir desse Poder, definitivamente, o romper do cerco de dependência que ele tem com o Executivo, sob pena de as camadas populares e os movimentos populares superarem toda a classe política que tem às vezes, sido omissa e esquecida de seu compromisso histórico que é representar o povo e falar a sua voz para que ele tenha voz e vez.

Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o projeto.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de ouvirmos a exaustiva argumentação de nobres Pares de nosso Partido, o PDS, e da Oposição, chegamos à clara conclusão que a Oposição diz o que diz porque não tem nenhum compromisso com a ação.

É muito fácil o exercício da tarefa oposicionista. Fácil porque propor, Sr. Presidente, não custa nada além do que materializar através de projetos de lei, de requerimentos, de sugestões, idéias, princípios, fundamentos, que não têm condições de execução prática. E seria a maioria desta Casa de pouca responsabilidade, se desse cobertura à iniciativas com este caráter, simplesmente para saciarem a vontade e a fome daqueles que buscam, através de iniciativas desta natureza, levar a opinião pública deste Estado a equívocos dos quais, como maioria, não nos poderíamos perdoar.

Discutíamos uma matéria e a Oposição pretendeu invocar outra matéria para discussão, esquecendo-se que o Governo do Estado adotou, neste ano de 1.980, a mais agressiva de todas as políticas dos últimos anos para atender ao seu pessoal, para atender a seus servidores e para responder ao programa de Governo que é tão enfático quando menciona a sua doutrina pessoal.

Mas esta matéria, especificamente, que estamos agora votando, diz respeito ao Poder Judiciário. Poder Judiciário que não foi contemplado com o projeto de Reclassificação e aqueles que imaginam que os demais funcionários do Estado não terão outras vantagens que não o aumento simplesmente de 72 por cento, a estes dizemos, com a maior tranquilidade, que mais do que os 25 por cento da verba de representação do judiciário que estamos votando, a reclassificação vai conferir aos servidores públicos do Paraná. Graças também à iniciativa deste Poder que, durante 4 meses, analisou, pesquisou, trabalhou em cima da matéria.

Por isso, Srs. Presidente, não podemos aceitar a afirmação absolutamente inverossímil de que o Poder Legislativo se valoriza pela presença da Oposição. Basta aos analistas da política do Paraná, basta aqueles que estão nesta Casa neste momento, estabelecerem uma confrontação entre a bancada do PDS que aqui está, responsavelmente, no período extraordinário, fazendo jus à convocação e ver como está a bancada da Oposição, que debandou muito cedo, que abandonou o teatro da luta muito cedo, quando sentiu que as suas tiradas políticas-eleitorais não encontrariam respaldo; porque a nossa consciência não permitia que este respaldo fosse dado.

Ainda hoje, Sr. Presidente, e vou comprovar porque a Oposição não tem compromisso com a ação, assistimos com pesar, um pronunciamento que buscava, como móvel, a vítima do flagelo. E num segundo pronunciamento, o mesmo Deputado, lamentavelmente, derivando por caminhos que não condizem com o respeito à verdade. Fazendo afirmações que só podem ter cabimento num meio em que os homens não pensam. E porque não pensam, não sabem. E porque não sabem, não têm o que dizer. Querendo, por exemplo, salvar a região flagelada das enchentes, através de providências como as que foram tomadas no centro de Curitiba, como a canalização dos rios Ivo e Belém.

Se a Oposição tivesse compromisso com a ação, jamais poderia vir a esta Casa, para, por exemplo, implicitamente, pedir a canalização do Rio Iguaçu, que é o que causa as enchentes da região metropolitana de Curitiba.

Se a Oposição tivesse compromisso com a ação, não poderia, como o fez recentemente, negar ao Governo do Estado, a possibilidade de dar fiança ao Banco do Estado do Paraná, para contratar recursos para o seu Programa de Saneamento.

E porquê não tem compromissos com a ação, dias de-

pois, a Oposição vem esbravejar, vem gritar, vem murmurar, contra as enchentes e querendo responsabilizar o governo e os prefeitos que não dão água e que não dão esgoto.

Se a Oposição tivesse compromisso com a ação, ao momento de formalizar uma denúncia da tribuna, envolvendo políticos que pertencem à mesma classe que pertencemos, tentando comprometê-los com negociatas de terras, teria dignidade, teria responsabilidade, de fazer a acusação e nominar cada um dos responsáveis.

Porque, não existe pecado maior, para a dignidade humana do que a generalização.

Mas, Sr. Presidente, lamentavelmente, esta Oposição não tem compromisso com a ação, por isso, falta-lhe a grandeza da responsabilidade, num momento de responder por todos os seus atos, num momento de responder por tudo que nos diz respeito.

E se estivéssemos aqui, simplesmente para salvaguardar aparências, simplesmente pensando em nossa reeleição, simplesmente, pensando nos votos fáceis.

Mesmo que os votos sejam fáceis, pela via da verdade, teríamos um comportamento completamente diferente. Mas, estamos aqui pela vontade soberana da população deste Estado.

Estamos aqui constituindo uma maioria, porque somos compreendidos por todos os paranaenses. Porque somos uma maioria que não deixa margem a nenhuma dúvida, uma maioria que é esmagadora.

Devo também, para não deixar, de minha parte, nenhuma dúvida a esta Casa, responder frontalmente à acusação que me foi feita da tribuna, quando se afirmou, e não impunemente, porque estou aqui para responder, que o ex-Prefeito de Curitiba tudo fez para nos transformar no Deputado mais votado da Capital.

A melhor prova que tenho do apoio, da solidariedade do povo de Curitiba, é que, em 1.976, Curitiba nos elegeu com mais de 8 mil votos para a Câmara Municipal de Curitiba.

E dois anos depois, a mesma Curitiba, nos colocou aqui nesta Casa, com mais de 15 mil votos, um crescimento de quase 100 por cento, em 2 anos de trabalho, e trabalho realmente, não de demagogia.

E temos a consciência de que mesmo candidato de Curitiba, o Interior deste Estado nos deu 13 mil votos, o que — para mim é extraordinariamente honroso, porque me coloca entre os 10 mais votados, na atual Legislatura.

Nem gostaríamos de invocar esses dados, mas o faço simplesmente para não permitir que se pense que eu saio desta Casa hoje, engulindo aquilo que eu não mereci engolir e porque também a minha bancada assim não merece.

E ao concluir, quero dizer que aqueles que buscam na sua atuação uma auto-valorização, que aqueles que pensam que somente a oposição faz este Parlamento, quero lembrar que a democracia pela sua escência, pela sua natureza, é o regime das maiorias, e nós estamos aqui, compondo uma maioria, maioria exercida em nome de todos os paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de abordar especificamente o Projeto ora em votação, e abordar também a preocupação de alguns nobres Deputados do PDS em tentar jogar a Oposição contra os magistrados e vice-versa.

Quero deixar bem claro que não fugimos do compromisso, que a Oposição não fugiu do seu compromisso, não abandonou a luta, pelo contrário, fez com que a bancada que tem

maioria nesta Casa, comparecesse no seu maior número em todo o ano. Apenas nos últimos três dias, a bancada da oposição, ou a bancada do PMDB porque o PTB aqui se encontra, o PMDB se retirou nos últimos três dias, forçando a presença de Deputados nesta Casa, que raramente aparecem. E não são só palavras minhas, palavra do próprio Líder do Governo.

Ontem, o Deputado José Domingos ocupou a tribuna, e abordou a situação delicada dos bairros de Curitiba, e são palavras do Deputado José Domingos, de que a Prefeitura abandonou os bairros, os bairros estão relegados a segundo plano, as ruas intransitáveis, e não foi demagogia feita pelo Deputado José Domingos. Apenas as críticas que me foram feitas há pouco, pelo competente Deputado Aírton Cordeiro, e eu as divido com o Deputado José Domingos, que ontem ocupou a tribuna, e denunciou que os bairros de Curitiba estão esquecidos, fez um pronunciamento aqui nesta Casa, e os jornais hoje, de Curitiba, estampam as suas informações.

Então, divido as críticas de demagogo que hoje recebi, com o nobre Deputado José Domingos. Como se vê o Governo mantém a sua postura e a sua disposição, negar à maioria aquilo que é justo e necessário. Ao mesmo tempo privilegia uma pequena camada, nada mais coerente com o que vimos e vivemos, nestes últimos 16 anos neste País. Não foi este mesmo princípio que orientou toda a política do regime; não foi esta orientação que conduziu o País à situação em que se encontra, onde 70 por cento dos brasileiros vivem com menos de dois salários mínimos. É isso que estamos constatando, Sr. Presidente, o Governo propõe hoje que esta Casa aumente os vencimentos de uma ínfima parcela, parcela importante, porque não dizer, da sociedade.

Mas, já privilegiada, em relação ao conjunto do funcionalismo público, que se vê contrariado quando as oposições, com justeza, propõe que este benefício se estenda, ampliando os salários de todos os servidores públicos do Estado do Paraná.

Há pouco tempo, vimos o conjunto dos professores da rede de ensino público, manifestarem suas reivindicações, ao ponto de realizar uma concentração defronte ao Palácio Iguaçu. O que pediam? Um aumento de salários para a categoria. O mesmo fizeram os quadros da Polícia, exigindo melhor remuneração como bem lembrou o nobre Deputado Erondy Silvério, líder do PDS.

Mas, não foram apenas eles que reivindicaram, a reivindicação é ampla, basta percorrer as repartições públicas para sentir de perto a insatisfação que acompanha todos os funcionários públicos do Paraná.

Todos os funcionários públicos reivindicam, segmentos do funcionalismo já chegaram a um nível de organização e expressão de seus interesses, que lhes permitiu a ampla manifestação social, refletindo inclusive, no conjunto da vida social do Estado.

Se a bancada do PDS não acredita que todos reivindicam, que faça uma rápida consulta ao próprio funcionalismo e verá com certeza, de que todos pedem melhores salários. Pedem aumentos, porque hoje ganham muito menos do que há alguns anos atrás, seus salários foram se deteriorando, perdendo o valor real, corroídos que são pela inflação galopante, que nem os falsos milagres do Sr. Delfin Neto, nem as manipulações de dados pelos tecnocratas, conseguem mascarar publicamente.

Os funcionários públicos deste Estado, querem vencimentos maiores, porque não conseguem mais suportar a alta do custo de vida, ao mesmo tempo, em que os seus salários ficam cada vez menores. Em 7 de dezembro do ano passado, o Governo através do super Ministro Delfin Neto, prometia à Nação que em 1.980, o máximo da taxa inflacionária

seria de 45 por cento. E acreditou que isso daria por simples decreto, que isso aconteceria por simples decreto.

Habitado a baixar decretos para enquadrar à vida social do País, pensou que faria o mesmo com a situação econômica, mas não foi e não será por decreto que a inflação vai refluir. Chegamos ao final de 1.980, com uma inflação superior a 113 por cento.

Esta inflação que aí está, não é de responsabilidade do povo, não é fruto de uma política determinada pelo funcionalismo público, ela foi gestada e gerada, pela política econômica e financeira defendida nos parlamentos pela maioria.

E quem paga o ônus da crise é o povo, são os trabalhadores, é o funcionalismo público que vê a cada dia menos condições de sobreviver diante de um quadro tão caótico, que vem favorecendo como todos sabem, apenas aos grupos monopolistas internacionais e nacionais, ao latifúndio, ao capital financeiro.

As Bancadas de Oposição nesta Casa, são coerentes ao apresentar esta emenda, já derrotada há pouco, emenda que estendia a todos os funcionários públicos, também os 25 por cento. A verdade está com a maioria, segundo o próprio Deputado Erondy Silvério.

Mas, não tenho dúvida alguma, que já em março na reabertura dos trabalhos, quando houver a reivindicação de alguma classe pedindo aumento, esse aumento que hoje está sendo dado aos Magistrados, será invocado e será usado para dizer que aquela classe pretendente futuramente, não poderá ser atendida, porque o Estado teve agora, neste mês de dezembro, uma despesa muito grande para atender aos Srs. Magistrados.

A bancada do PMDB como a bancada do PTB que se posicionou, essas bancadas de Oposição não estão contra homens que estudaram bastante, homens que se entregaram, se dedicaram durante toda a sua vida à aplicação da lei, não estão contra a justa remuneração, até poderia votar a favor, mas as bancadas de Oposição estão preocupadas com uma palavra que é usada todos os dias, por Juiz, por Promotor, por advogado — igualdade, equidade e acima de tudo, pela palavra — justiça.

Por que apenas uma parcela pequena pode ter essa justiça, por que não todos, porque o funcionalismo público não pode ser atendido? Porque a maioria está com a verdade.

Sr. Presidente, o nosso objetivo ao encaminhar essa matéria, depois de termos ouvido diversos oradores, se prendeu apenas à tentativa de desmerecer o nosso mandato por parte de um amigo pessoal, Deputado Aírton Cordeiro que justificava a maioria da sua Bancada nesta Casa e ele sabe como fez a sua campanha dentro de Curitiba sabe como eu fiz a minha. E ele sabe quantos votos teve em Curitiba e sabe quantos votos eu tive.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tercio Albuquerque) Em votação o projeto. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 189/80, (Mens. Govern. n.º 92/80), que dá nova redação à carreira de Procurador do Estado, do Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado, bem como autorizar ao Poder Executivo a abertura de crédito especial que permita atender às despesas decorrentes. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190/80, (Mens. Govern. n.º 93/80), que institui verba de representação de 15% (quinze por cento), sobre os vencimentos básicos do Procurador Geral da Justiça, bem como dos Conselheiros, Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Tribunal de

Contas do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — COM EMENDA DE PLENÁRIO. Em votação, a emenda.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, da mesma forma e com as colocações feitas no que diz respeito à outra mensagem, que dizia respeito ao Tribunal de Justiça, nós nos posicionamos contra a emenda e contra o projeto também.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Em votação a emenda. Aprovada.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa deferir. (É procedida a verificação de votação)

29 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Aprovada.

Em votação o projeto. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Juarez Lagos, ocorrido em Paranaguá. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, para os Projetos de Lei n.ºs 188, 189 e 190/80. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador de São Paulo, e à direção da CESP, com relação à abertura das comportas da Usina de Jupia. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade e aplauso ao Arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto, por seu posicionamento favorável a uma política de maior distribuição de rendas. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Juízes Clodomir Costa Lima e Lauro Lima Lopes, alçados aos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Egrégio Tribunal de Alçada para o Biênio 81/82. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da crônica "O Nosso Dia", do renomado jornalista José Wanderley Dias, publicada no jornal "Gazeta do Povo". Aprovado. — Ao Departamento Legislativo. (A crônica acha-se publicada ao final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Governo do Estado para que, equiparando-se ao proposto pelo governo da União, se conceda aumento de 82% sobre os proventos e vantagens ao pessoal da ativa e da inatividade, a partir de 1.º de janeiro próximo. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à "Turma de Comunicação Social-1.980" da Universidade Católica do Paraná. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de sugestão, para a formação de Grupo de Trabalho, para a elaboração de plano de lei propondo legislação própria para o cumprimento do disposto na Lei n.º 6.864, de 1.º de dezembro de 1.980. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado às Secretarias das Finanças e do Planejamento, bem como ao Sr. Governador do Estado, objetivando a criação do PRODOSIN. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento dos Srs. Deputados Erondy Silvério, Renato Bernardi, Edilson Alencar e Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao servidor Gil Cesar Dantas Bruel, pelos produtivos serviços prestados ao Poder Legislativo. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, com o apoio do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Dr. Antero da Silveira, pela posse no cargo de Corregedor da Justiça do Estado do Paraná. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidentes do INCRA e do I.T.C., a fim de tomarem conhecimento do drama que ameaça inúmeras famílias que compõem os condôminos da "Fazenda Congoinhas", no Município de Sertaneja. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de criar uma Comissão própria de sindicância, a fim de apurar as denúncias veiculadas em jornais, segundo os quais, estariam ocorrendo irregularidades e corrupção na Delegacia de Polícia de Londrina. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, às 9,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 188, 189 e 190/80.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADALBERTO DAROS, EM SESSÃO DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 1.980.

"O NOSSO DIA

Paraná, terra de todos nós.

Conseqüentemente, o Dia do Paraná é o dia de todos nós.

De uma certa forma, todos estamos fazendo anos neste 19 de dezembro.

Estamos todos tendo uma grande data, reunindo-nos numa grande celebração. Com um bolo, feito de gente e de terra, com milhões de velas.

Velas de Foz do Areia, por exemplo. Velas de Itaipu, o maior número de velas hidrelétricas do mundo. Dia de alegria. De render graças. De assumir compromissos.

De não esquecer as dificuldades da hora decisiva e

dramáticas que estamos vivendo.

Não é dia de dizer que os problemas não existem, e graves. Mas de reconhecer que é possível vencê-los. Porque temos com que. E, principalmente, porque temos com quem.

Ver que o Paraná é realmente uma sociedade aberta. Porque, se legitimamente cultiva e preserva suas tradições, seu berço, suas origens, não se fecha em si mesmo.

Isto é o que permite que haja paranaenses de todas as procedências, intra - e extra-fronteira do País. O paranismo, isto é, amor ao Paraná, não se conquista apenas pelo umbigo do nascimento, seu título mais autêntico sem dúvida.

Mas pode-se chegar a ele pelo coração, pela adoção. Ninguém conquista esta terra que tem dono. Mas a terra, sim, conquista os que a têm como sua. Pelo nascimento ou pela escolha.

E isto é bênção e privilégio. Por isto o Paraná é o que é: terra feliz, que enfrenta dificuldades, sim, mas que faz frente a elas com sobrançeria, com esperança, com firmeza.

Terra que tem o que contar. Uma história rica. Em qualquer aspecto que desejemos destacar da nobreza da espécie humana.

Os rasgos de bravura dos que morreram pelas grandes causas.

As marcas da inteligência, do trabalho, da criatividade.

As mãos honradas dos trabalhadores. A inteligência dos mestres. A confiança dos pioneiros: Os planos de todos. Desde os sonhos, matéria-prima de todas as grandes realizações, ao cálculo exato e científico. Terra de ontem. De um ontem ainda jovem, mas maduro no que traz em si de exemplo e de inspiração.

Terra de hoje. De prosseguimento de labor e de esforço de todos em prol da causa e do anelo comum. Terra de amanhã. Porque o Paraná continuará. Na mocidade que estamos vendo com orgulho. Nos nossos descendentes, que não receberão um legado vazio e inexpressivo mas, pelo contrário, uma cópia de riquezas e de ideais que caracterizam e distinguem uma terra e seu povo.

Terra de sempre. Na continuação ininterrupta e crescente de uma história fascinante que tem passado, presente e futuro numa mesma seqüência que nos reúne a todos: os que foram, os que são, os que serão. Paraná em mais um 19 de dezembro.

Juventude. Experiência. História. Esperança.

Tudo isso se reúne, tudo isso se junta para que a festa de aniversário seja realmente um encontro de alegria.

Uma canção ímpar. Formada pelo canto dos pássaros. Pelo bater do martelo na bigorna. Pela enxada mergulhando na terra generosa. Pela rede jogada ao mar piscoso. Pela busca de riquezas e recursos no fundo do solo rico.

Pelas preces dirigidas ao alto, a um Deus generoso e bom que atende em todos os cultos e em todos os ritos, porque é Pai comum.

Dia do Paraná. A criança que estuda. O mestre que ensina. O que cumpre a sua missão, a sua parte, o seu papel.

O que participa da festa com direito de fazê-lo. Porque contribuiu com o seu suor, com sua idéia, com seu labor, para que a festa existisse.

Como existe. Para mim, para você, para todos nós. Para o Paraná, nossa terra, nossa vida, nosso amor, nosso anelo e nosso grande compromisso.

A 19 de dezembro e em qualquer outro dia das 52 semanas de cada ano.